

* * *

Organização Social Sindicalista

SUBSÍDIOS PARA A DISCUS-
SÃO DAS TESES SOB ÊSTE
TÍTULO, NO 3.º CONGRESSO
* NACIONAL OPERÁRIO *



Edição da Comissão Organizadora
LISBOA - 1922

Slhj

* * *

Organização Social Sindicalista

Subsídios para a discussão das teses
sob êste título, no 3.º Congresso
Nacional Operário



Edição da Comissão Organizadora
1922 — LISBOA

Shi

OFERTA

50
42255

Acedação do jornal
"O Diario de Noticias, em"
28-9-922

CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO
LISBOA
PORTUGAL

CONGRESSO NACIONAL OPERARIO
SECRETARIADO
LISBOA

Comp. e imp. na Tip. da Ass. dos Compositores
Travessa da Agua de Flôr, 35



Organização Social Sindicalista

I

O Ideal — A Idéa

Todo o sêr humano normalmente constituído possui aspirações, alveja um determinado fim, sente a necessidade duma qualquer coisa, e, quiçá, duma melhor e maior vida. Não há indivíduo humano que à interrogação sôbre o que deseja num dado momento, não declare peremptoriamente que no seu íntimo existe uma aspiração. Mesmo no caso raríssimo de haver alguém que se considere vivendo no melhor dos mundos possíveis e nada mais queira, êsse alguém há de possuir, pelo menos, a aspiração de não ser perturbado e privado do que tem, de não perder o que adquiriu, de não ser alterado o regime em que vive...

Em todos os momentos e em todos os indivíduos há aspirações, desejos, necessidades a satisfazer.

A palavra **Ideal**, em sentido lato, é bem o conjunto de aspirações, de desejos, de necessidades que um indivíduo qualquer possui num dado momento. Em sentido restrito é o modo como cada indivíduo desejaria que fosse a *sua* vida, a maneira como imagina que realizaria a *sua* su-

prema felicidade. E' então apenas *um fim*, uma aspiração transitória e simplista, *respeitando apenas aos interesses do indivíduo*, que pode alcançá-la sem necessidade que outros factos se dêem ao mesmo tempo. Tem carácter subjectivo e egoista.

Em sentido mais restrito é a organização social que cada qual imagina que deveria ter a humanidade. E' então um conjunto solidário e convergente de princípios e de idéas, cuja realização se impõe ao nosso cérebro como correspondendo a verdades, a aspirações de *perfectibilidade da espécie*. Tem carácter objectivo e altruista, e traduz, no seu significado rigoroso, a organização social futura da humanidade.

Esta organização na concepção libertária é o que se chama simplesmente — a *Idéa*.

Para a grande maioria dos indivíduos, as suas aspirações são meramente pessoais, quando muito, familiares. Ao observarmos o trabalho humano, ao vermos a actividade duma cidade, duma fábrica, dum campo, duma officina, etc. ainda que seja um trabalho colectivo, nós *sentimos* que cada uma das suas partes move-se, trabalha, actúa, num ou noutro sentido, com maior ou menor entusiasmo, sem outra determinante que não seja a melhoria da sua condição pessoal, do bem estar individual, que em tôda aquela assombrosa actividade de conjunto, raro é aquele que sabe, que pensa, que pensa nos outros, no fim da obra que executa, no auxílio mútuo que está prestando.

A determinante *exclusiva* dos seus actos é adquirir melhoria de situação, para *si* e para os *seus*. E' a lei da capilaridade social, isto é, a tendência dos indivíduos para quererem sucessivamente tomar posição no lugar imediatamente superior na escala da hierarquia social estabelecida.

As aspirações encontram-se, pois, isoladas, são meros ideais egocêntricos, exclusivamente egoístas, de viver bem e o melhor possível, custe o que custar, e, por conseqüência, exageradamente apaixonados para respeitar os direitos alheios para *pensar nos outros*. Semelhante idéa exclusivista conduz à concepção, por parte de cada indivíduo, de que éle é tudo e nada os demais. Cada qual julga se respectivamente no direito de *se servir dos outros*, como meras coisas materiais à semelhança dos degraus duma escada ou dum meio instrumento. E como ninguém abdica dêsse presumido direito, e como tôda a gente só pensa em si e se cega diante dos outros, daqui resulta a luta de interesses e de invejas, a luta de indivíduos, de famílias, de classes, de estados.

O antagonismo anti-natural e dissolvente que caracteriza a humanidade está exactamente no predomínio desta espécie de aspirações grösseiramente individualizadas, vilmente egoístas, boçalmente egocêntricas.

A outra categoria de aspirações é a que ao ideal do bem-estar pessoal sobrepõe um ideal de bem-estar social, da *espécie*.

O trabalho, a actividade pessoal não é então apenas um meio, um processo de ganhar para viver, e melhorar exclusivamente o bem-estar próprio, — o trabalho é a missão social, a *própria função* de cada indivíduo, cumprindo os seus deveres de solidariedade, produzindo utilidades que vão satisfazer as necessidades próprias e as alheias, e muitas vezes só as alheias, em mercados longínquos e desconhecidos no momento em que essas utilidades são criadas.

Nêstes indivíduos já há mais prazer em saborear a felicidade alheia do que a própria, já há dedicação, abnegação, êles já possuem uma noção de sociabilidade, nêles

desenha-se, esboça-se **uma consciência social**. Para a maioria dêstes indivíduos o ideal resume se, porém, no cumprimento dos deveres para com o meio, para com a espécie, julgando-se quites para com a humanidade desde que sejam honestos e bons e aceitando passivamente a organização social existente, sob a frase «se não há melhor»...

Outros, porém, vão mais além; o existente não os satisfaz por completo, e imaginam algumas modificações mais aparentes do que reais, mais superficiais do que orgânicas, mais de forma, de aspecto do que de substância; -- são os que idealizam certas cambiantes dos regimes monárquico-constitucional, republicano e socialista.

Outros, ainda, não satisfeitos com êsses regimes que piaticamente, por incongruência, faliram e que constituem apenas ficções, artificialmente mantidas pela fôrça, pela violência e pelo arbítrio de oligarquias, mas ignorantes das leis e previsões sociológicas, e esquecendo ou desconhecendo que as condições sociais do presente são outras e que a evolução imprime fisionomias características das épocas da humanidade, -- olham para o passado, e, fascinados pelas narrativas romantizadas dos grandes acontecimentos, desejam vagamente um regresso ao *belo tempo* em que viveu certa personagem célebre, à qual se atribui um poder, uma fôrça messiânica, capaz de transformar *isto*, de pôr *isto* a limpo, no são...

Finalmente, outros indivíduos há que, observando a bancarrôta de tôdas as instituições presentes, e encontrando nelas o germe de tôdas as anomalias, de todos os contrasensos, de tôdas as mentiras, de todo o sofrimento humano, os estímulos e os motivos corruptores, o vírus maligno que envenenam a humanidade, tornando-a incapaz de mais Verdade, de maior Bondade, de Beleza e de Justiça, - con-

sideram perante a realidade dos factos tais instituições condenadas a deverem desaparecer ou a transformarem-se radicalmente, expurgadas que sejam dos seus fundamentos patogénicos.

Mas se o presente não os satisfaz, o passado ainda muito menos, e, então, idealizam uma sociedade futura, fundada numa organização que por si própria, em si mesma haja o germe, as determinantes eliminadoras dos males presentes e as criadoras de instituições espontaneamente naturais, donde brote, cresça, desenvolva-se, floresça e frutifique da própria matéria, uma humanidade cada vez mais perfectível, mais justa, mais bela e melhor.

A Sciencia e o nosso Ideal

São êstes os indivíduos que sintetizam, que substanciam o Ideal, no sentido rigoroso da palavra; são êles que pugnam e propagam a Idéa, constantemente em evolução e revolução, e correspondendo em todos os momentos ao andamento, ao *devenir* simultâneamente ininterrupto e perfectível no tempo e no espaço, na intensidade e na extensão, por que passam as concepções das previsões sociológicas do progresso da humanidade, do futuro da humanidade.

Esse Ideal, o nosso Ideal; essa Idéa, a nossa Idéa — não é, porém, uma fantasia de imaginações extremamente bondosas ou de exaltações da idade, de temperamentos bulhosos e esquentados, de cérebros sonhadores.

O nosso Ideal, — a Idéa — é profundamente alicerçado na observação dos factos, na experiência e na experimentação, e se está impregnado de bondade, de belos senti-

mentos, é porque é verdadeiro e não porque é fruto de *almas poéticas* . . .

O nosso Ideal é profunda e largamente ponderado, scientificamente fundamentado. Baseia-se no estudo reflectido sem preconceitos; é uma indução e não uma dedução; nasceu de raciocínios *à posteriori*; surgiu do trabalho de laboratório que a Sociologia faz ao aplicar o seu método, — o método histórico

Ao contrário de todos os ideais sociais, que são meras deduções metafísicas, que para os defender e justificar é necessário procurar factos isolados, anómalos, e lançar mão de artifícios e ficções, — a Idéa, o nosso Ideal, formou-se, criou-se e desenvolveu-se da própria substância das coisas e dos factos. É nêles que nos baseamos; é por meio dêles que nos elevamos! E as fórmulas e os postulados do nosso Ideal são tam positivos, tam certos como as induções e raciocínios matemáticos, como, por exemplo, a indução de que duas quantidades iguais a uma terceira são iguais entre si.

Aplicando o método histórico ao estudo das sociedades humanas, verifica-se que, em todos os tempos, certos fenómenos, certas causas produzem determinados efeitos iguais ou semelhantes entre si, que, portanto, as sociedades obedecem a leis naturais tam certas e necessárias como são as leis da gravidade dos corpos, — verifica-se que a humanidade tem caminhado num *sentido certo e inalterável*, no seu conjunto.

O nosso Ideal não é, — nem poderia ser, — outro, senão a prolongamento da trajectória por que tem caminhado a humanidade, — de harmonia e auxiliado por essas leis naturais dum progresso cada vez mais largo e duma perfeição cada vez mais profunda.

como é que o método histórico faz isso

O nosso Ideal é, pois, um produto essencialmente científico e não queremos, não exigimos mais, nem outra coisa que não seja o império absoluto da Ciência, dos princípios e das leis científicas.

O caminhar da humanidade tem sido na directriz duma maior e cada vez mais intensa libertação e emancipação dos indivíduos. A tendência para a sujeição, para a submissão tem sucessivamente cedido o lugar a uma tendência para uma progressiva e dignificadora independência. O despotismo, a tirania sanguinária por um lado e o servilismo canino por outro, têm pouco a pouco batido em retirada perante a dignificação intensiva dos indivíduos, à medida que nêles tem surgido a purificadora consciência social,—a consciência dos direitos e dos deveres sociais. A tendência autoritária primitiva, ao princípio da autoridade, tem correspondido como contrária e incompatível com ela, a tendência libertária.

Analisando as sociedades, vemos que o regime autoritário tem perdido e perde constantemente forças e a sua acção limita-se, restringe-se cada vez mais, e que a par dessa atrofia, dessa fraqueza, dessa morte cheia de desespero, aumenta progressivamente e aproxima-se cada vez mais a organização social baseada na livre contratualidade dos indivíduos nascidos nas circunstâncias sociológicas do momento e do espaço. em que a intervenção estranha, autoritária é nula ou se anula.

Debaixo da vida política artificial, que forma por assim dizer o aspecto externo, o invólucro das sociedades, e cujo tumultuar, por conseguinte, se torna mais saliente, mais notado chegando erroneamente a confundir-se a parte superficial com o todo, com o *substructum* das sociedades,—há um resíduo social, uma parte fundamental, que cons-

Como é possível a existência
duma sociedade ¹⁰ na qual transformada
em Estado?

titui a própria essência das sociedades e que organizada naturalmente, sem a menor intervenção de qualquer autoridade, caminha sempre, *arranja a sua vida* e progride através de todos os obstáculos, e independentemente, e, até, às vezes, contraditòriamente à engrenagem da política autoritária e oficial.

Em tôdas as sociedades podemos observar êsse dualismo, essas duas vidas, tam diversas e às vezes, se não sempre, tam antagónicas, — uma vida política ainda hoje artificial, carecendo da fôrça, da violência para se impor, consubstanciando-se na autoridade, constituída e formando um invólucro, uma máscara, com que as sociedades se transformam em Estados; — e outra, a vida profunda, natural, intuitiva, honesta e trabalhadora, nascida das circunstâncias e das condições permanentes da existência social, que se efectiva e se realiza por si mesma, espontaneamente, por uma série de mútuos contratos e acòrdos e através de todos os obstáculos, de tôdas as perturbações, que muitas vezes lhe lança e lhe causa a insânia dos politicantes.

Observe se qualquer sociedade, nomeadamente a portuguesa, e ver-se há como é diversa, felizmente, a actividade da vida social do povo e a actividade superficial da política empírica.

Se não houvesse êsse fundo permanente e indestructível, essa organização das sociedades que poderemos com rigor chamar *libertária*, visto que nela não intervem nenhuma espécie de autoridade, Portugal poderia ter resistido, e, o que é mais, poderia ter progredido com essa *desorganização* que para aí se *organizou* e se arrasta vergonhosamente à custa de todos os servilismos e traições, de 10

É a ordem, mesmo
de progresso

das as baixesas e imoralidades e que se chamou e se chama política (?) portuguesa?

Em tôdas as sociedades, em todos os tempos, há, pois, um resíduo social que escapa à acção autoritária que é essencialmente anárquico. Esse resíduo que é e tem sido o fundamento natural e espontâneo de todas as sociedades, avoluma, cresce, e cada vez se impõe mais, cada vez mais se alarga e se aprofunda nas sociedades em detrimento dos Poderes, do Autoritarismo

O que era *um poder*, uma fôrça, tem sido convertido numa função desempenhada por órgãos especiais, espontaneamente criados pelas necessidades.

Ao contrário dos outros ideais, formulados sem prévia verificação e correccão científicas, e que temem o progresso e a expansão da sciência, nós queremos a máxima e a mais elevada cultura científica, porquanto a sciência e o nosso Ideal se consubstanciam na Idéa. Não receamos a sciência, o saber, os cérebros esclarecidos e emancipados. O nosso maior inimigo é a ignorância, e o que mais tememos são os cérebros embrutecidos e os caracteres aviltados.

;Tôda a verdade derramada, tôda a lei ou princípio científico propagado é mais um degráu, é mais uma pedra no edificio da Idéa!

;O sábio, que, sem preconceitos, ensina a Verdade, que descobre uma lei científica, que apresenta um princípio científico, — contribui para a libertação humana, é um libertário!

Todo o sêr humano sincero, consciante e praticamente livre é um libertário, como todo o libertário é um ente humano sincero, consciante e praticamente livre. Nunca se impõe; convence. ! E quando não convence, não vence!

Não tememos a sciência! Fundados nela, alimentados por ela, para e por ela caminhamos confiadamente, para ela e por ela caminhamos para a Idéa!

; Nada de mais positivo, nada de menos utópico!

II

Os phenomenos sociais e factores de confusionismo

O nosso ideal é integral. Não aspiramos apenas a uma sucessiva perfectibilidade em relação a este ou àquele conjunto de phenomenos sociais, a esta ou àquella instituição social.

O nosso Ideal é humanista, no sentido de não só abran-ger tôda a espécie humana, mas também *tôdas* as suas manifestações, todas as suas instituições sociais.

Ao idealizarmos a sociedade futura não a vêmos apenas sob o aspecto económico ou político; vêmo-la no seu conjunto, vêmo-la no seu todo materialmente complexo, uno, inseparável e inextricável: — idealizamos uma organização social não só económica e política, mas também sob o aspecto da família, da arte, da educação, da sciência, da moral e da justiça!

; Não a queremos só para nós, mas para todos, para tôda a humanidade, sem exclusão de ninguém!

As sociedades para realizarem a Idéa carecem de organizar-se por completo e não fragmentariamente.

Os assuntos sociais são muito complexos, os fenómenos que abrangem andam de tal modo emaranhados na prática que difficilmente podem isolar-se, destacar-se uns dos outros. Ao contrário dos fenómenos físicos em que podemos destacar nitidamente um fenómeno óptico dum fenómeno acústico, em sociologia os seus diversos fenómenos são inextrincáveis: cruzam-se, entrecruzam se numa recíproca dependência e influência. Só à custa dum poderoso esforço de abstracção e dum exercitado método de observação é que podemos isolar o factor predominante e característico de certo fenómeno social e fazer uma classificação de fenómenos sociais. A inter-dependência dos factos sociais é de tal ordem intensa que difficilmente pode indicar-se uma contecimento social que não seja a resultante da conjugação de factores económicos familiares, artísticos, científicos, morais, jurídicos e políticos

Tôda a actividade social, tendo por base o território e a população, gira entre dois polos: a vida económica, — o mais simples e o mais geral fenómeno social; e a vida política — o menos geral é o mais complexo fenómeno social.

Esta complexidade é ainda mais frisante e torna-se excessivamente exagerada em virtude da falta de preparação mental para a comprehender.

A sciência social é a mais moderna de tôdas as sciências. Até aqui o que tem imperado em matéria social é o empirismo grosseiro. Não se tem procurado organizar a sociedade conforme a sciência; tem se vivido na discussão de metafisicas... e sob rótulos que constituem autênticas ficções. A Sociologia está ainda na sua mocidade; só há pouco atingiu a época da puberdade. Porisso os cérebros humanos ainda não se adaptaram ao seu estudo, aos seus fenómenos *sui génèris* e não podem, por

consequência, apreender as suas leis naturais, *ve-los, observa-los* tais quais são, sem erros, sem deficiências ou sem exageros. *Não veem* como eles são, como existem e como actuam, mas, sim, como se habituaram *a ver* os outros fenómenos isto é, sob um critério simplista, unilateral e, não raras vezes, pessoal. O cérebro humano habituado, por uma hereditariedade secular, ao estudo dos fenómenos simples, deixar escapar, *não ve* os fenómenos complexísimos da Sociologia.

Por outro lado, sendo os próprios indivíduos que estudam estes fenómenos, a substância e a força desses fenómenos, sendo o estudo da Sociologia, uma como que auto-observação, em que o indivíduo é ao mesmo tempo objecto e sujeito do estudo, -- o resultado é a paixão cegá-lo muitas vezes e levá-lo a parcialismos contrários ao espírito científico que deve presidir ao estudo de problemas que, para se resolverem, carecem de ser tratados com isenção e sem *parti-pris*. Em vez de se encarar *objectivamente* os problemas e de os resolver *tambem objectivamente*, vêmo los tratados e resolvidos, na maioria das vezes subjectivamente, conforme sentimentalismos, aspectos particularistas, e sectarismos.

A completar todos estes factores de *confusionismo* há ainda a linguagem usual. As idéas avançam mais depressa do que as palavras. Somos obrigados correntemente a aplicar termos velhos a idéas novas e, como os indivíduos não estão prevenidos, nascem daqui mil e um equívocos e, dentro em pouco, ninguém se entende.

E' frequente vêr surgir uma discussão entre dois indivíduos que estão de acôrdo. Para isso basta que um interlocutor esteja a discutir um problema sob o aspecto *do que vê*, dos factos, e o outro o discuta sob o aspecto *do que*

deve ser, do ideal. E se ambos se não apercebem que estão encarando o problema sob diversos aspectos, a discussão eterniza-se, enerva-os, apaixonava-os, entra, afinal, no campo pessoal, — que é a morte da Verdade e o predomínio do Erro. Por muita razão que haja, ela deixa de existir logo que se passa a vêr *uma pessoa* em vez *duma idea*, *duma teoria*, *duma doutrina*, *duma orientação filosófica*.

Destas erradas interpretações surgem também concepções pessoais, exclusivas. É vulgar ouvir-se e lêr-se definições, conceitos, doutrinas, princípios que não são nada do que certas palavras representam como síntese dum conjunto de ideas e afirmações dum ideal.

É certo que ninguém póde livrar-se de que alguém afirme contrasensos, paradoxos, babozeiras, e atribua intenções falsas e fins erróneos e quiçá contraproducentes, ao falar sôbre as diversas correntes do idealismo sociológico, e, ainda, que invente *para uso próprio* um socialismo, um associacionismo, um comunismo, um sindicalismo ou um anarquismo *sui géneris*, mas o que é certo também é que êsses *inventos*, essas opiniões... flutuantes, que andam à mercê dos... subjectivismos, se costumam, infelizmente, apresentar, não como *uma maneira pessoal* de encarar um assunto, mas como sendo a *suma verdade*, a autêntica e última palavra. Daquí a confusão...

Não se diz: *eu penso, eu julgo*. Afirma-se autoritariamente e com o maior desembaraço: *isto é e ha de ser assim porque é como eu quero!*

É justo dizer-se que muitos indivíduos procedem dêste modo porque não têm educado o seu cérebro na tolerância que nasce da sciência, mas nem porisso o efeito deixa de ser a prejudicialissima confusão habitual em que vivemos quando se pretende esclarecer um problema social.

Critérios subjectivos encarados como objectivos, eis a causa das perturbações, de *tôdas* as confusões em que nos debatemos

Nêstes termos, nós vamos tentar estabelecer êsse critério objectivo afim de que a confusão desapareça e surja o carácter profundamente scientifico do nosso Ideal.

Origem do Ideal social

O ideal social nasce ou do desespero de quem vive uma existência cheia de sofrimento, de dôr, de miséria e que sente, naturalmente, a necessidade e *tem a consciencia* do direito duma vida melhor, mais justa e mais bela, ou de convicções sociais derivadas do estudo aturado e *scientista* da Sociologia.

No primeiro caso, o ideal ou aspiração sociológica é mais um sentimento do que uma idéa, é mais uma solução estética do que científica. É essencialmente negativista, destruidor e a parte reconstrutora tem por base a intuição da verdade nascida, não do saber, da reflexão científica, mas, sim, do Bem e do Belo. O *ideal do bem* em contraposição ao mal do presente, leva a grande maioria da humanidade sofredora a pressentir e a consubstanciar-se intuitivamente no ideal de justiça e de verdade que a sciência faz futurar por meio das suas leis e previsões e que o humanitarismo exige.

No segundo caso, êle nasce do raciocínio limpo, do estudo honesto, da observação sincera, auxiliada pelos conhecimentos que a sciência desinteressada fornece aos estudiosos. É *uma idea*, uma convicção, uma resultante de induções, e êle impôe-se ao cérebro como sendo a Verdade. Não

é somente o dó ou o desespero da fome que lhe faz nascer a simpatia pelo ideal. ;Não! É também a convicção, a *idea de justiça* — e não apenas o sentimento, o lado estético. — *Averem à Verdade!*

;Para os primeiros a realização do Ideal é a Vida! ;O Bem belo! ;Para os segundos é também e sobretudo, a Verdade, a Justiça!

Os primeiros revoltam-se e contentam se em saber que o quadro que idealizam da sociedade futura, é a concretização do seu bem-estar, do direito que lhes assiste à vida!

Os segundos revoltam-se igualmente, mas sobretudo para destruírem a mentira social e, não se contentando com o que satisfaz os primeiros, querem mais, querem saber sobretudo se esse ideal de bem-estar e de justiça é apenas uma aspiração ou se está ou não conforme a ciência social, se elle traduz *tôdas* as previsões sociológicas e se está de harmonia com as induções que nos dão os factos históricos.

Ora são estes *factos históricos*, — o método sociológico por excelência, — que nos vão fornecer o critério objectivo para avaliar da razão do nosso Ideal.

O passado e o presente da humanidade são uma linha recta; prolongá-la é encontrar o futuro. A evolução humana diz-nos qual é o ideal para que caminbamos. A observação das sociedades presentes dão-nos iguais prognósticos. Os raciocínios, as doutrinas, as teorías dos sociólogos, tais como Comte, Spencer, Giddings, Letourneau, Guyau, De Greef, Novicow, Worms, etc., e as leis sociais descobertas por elles confirmam e completam a nossa convicção, o nosso Ideal.

Necessidade do estudo da Sociologia
"como eia já é"

Ao iniciarmos, nós adultos, o estudo duma sciência, temos de aceitar, embora a título provisório, o que nos dizem os especialistas no assunto, porquanto não pode estudar-se *uma sciencia determinada* sem se saber o que se vai estudar, qual é o seu objecto aproximado, qual o seu pretensão âmbito em que se desenvolve, quais as matérias que é corrente abranger. Somos forçados, portanto, a seguir e a adoptar, ainda que temporariamente *o que já está feito*, o que constitui o património científico dos conhecimentos humanos. Imagine-se, por hipótese, por absurdo, um indivíduo a dizer que vai estudar zoologia ou botânica, sem ter a menor idéa do que significam estas palavras e quais os objectos de que tratam, — sem previamente se aproveitar dos trabalhos realizados e de se certificar o que é a tal «zoologia» ou a tal «botânica» que quer aprender. Teria que proceder ao acaso, às apalpadelas, antes que alcançasse uma desintegração, uma discriminação; teria de fazer individualmente o trabalho de gerações, e, com certeza, ao adquirir o critério que lhe destacasse o fenómeno zoológico da demais fenomenalidade, não teria já vida suficiente para fazer o estudo da própria sciência, como hoje existe já .

Para que a humanidade conseguisse destacar o fenómeno social dos demais fenómenos e lhe achasse um carácter ou caracteres distintos e irreductíveis às demais sciências gastou muito século e muitas gerações, e as interpretações teológicas e metafísicas anteciparam-se às positivas.

O facto de se dizer: vou estudar sociologia já implica

a aceitação dum trabalho alheio e anterior, dum corpo de doutrinas especiais com uma denominação especial, que não se acha absorvido por outros corpos de doutrinas.

Ao estudioso é, pois, imposto o processo pedagógico de aceitar *inicialmente* e a título precário, o que dizem os especialistas-tipo sôbre determinada matéria ou assunto científico, enquanto não adquire o necessário cabedal para se emancipar, retomar a liberdade de pensar sôbre o assunto.

Só depois de nos termos compenetrado, de nos termos saturado do assunto, de termos abraçado todo o conteúdo, é que devemos emanciparmo-nos, retomar a nossa liberdade e adoptar então o critério que mais nos parecer de harmonia com a realidade, até, criar um critério próprio — se os critérios estudados nos oferecem dúvidas, contrasensos e não responderem a todas as hipóteses da respectiva ciência.

O critério que não solucione ou não esteja de harmonia com *todos* os factos, que não explique *todos* os fenómenos duma ciência, deve ser posto de lado, porquanto a sua insuficiência revela-nos falta de base realista, isto é verdadeira, — porquanto *verdade* é o que é conforme a realidade.

Critério organicista e contratualista

Dos vários critérios sob que costumam ser encarados os fenómenos sociais, aquele que até hoje nos tem satisfeito a todas as hipóteses e soluções é o organicista-contratualista. A concepção que temos do fenómeno sociológico, derivada da sua análise, criou-nos êsse critério à luz do qual nos temos guiado e com o qual observamos tôdas as manifestações sociais.

Como a expressão o indica, consideramos. partimos do princípio fundamental de que a sociedade é um organismo, — não um organismo sem distinção alguma comparado com os organismos biológicos, não, ainda, um organismo análogo aos mesmos organismos biológicos. — mas, sim, um organismo especial, *sui generis*, distinguindo se dos demais organismos existentes, quer quantitativamente, pelo seu caracter de extrema complexidade, quer qualitativamente, pela sua especialidade, — numa palavra um *super-organismo*

O super-organismo social difere dos outros organismos, não só pelos órgãos que o constituem. mas pelo *fim* que tem em vista, que é independente, irreduzível a qualquer outro organismo.

A principal característica, porém está em que os elementos que constituem os diversos grupos, agregados, órgãos e aparelhos sociais, e que, por sua vez, unidos uns aos outros formam o *super-organismo* chamado sociedade, chamado humanidade, — são dotados de consciência, de discernimento, *sabem para que se constituem e formam*, ou são susceptíveis de virem a sabê-lo.

Pelo contrário, nos outros organismos os elementos constitutivos dos órgãos são inconscientes, o seu agrupamento é uma resultante de sucessivas adaptações a uma função e meio, sem que nêles intervenha *uma idea*; a reflexão de que se agrupam para realizar certo e determinado fim.

Daqui o carácter contratualista do super-organismo social, — não à semelhança de Hugo Grócio, de Locke ou de Rousseau, que partem dum suposto estado natural anterior que os humanos por fim desprezam por meio dum contrato para formarem a sociedade, — mas sim, como um *consenso*

social, *mutuamente consentido* e que se traduz nas infinitas combinações que os sêres humanos, estimulados pelo aguilhão da necessidade, fazem para realizarem o seu fim, — viver o mais possível e o melhor possível.

Este recíproco consentimento é a princípio intuitivo, e torna se cada vez mais consciente à medida que a evolução humana caminha pela estrada do progresso e sobretudo desde que a Sociología adquiriu fóros de sciência.

A Sociabilidade

Vejam os agora o *facto sociológico* conforme êste nosso critério.

«O indivíduo humano isolado da sociedade só póde conceber-se por um esforço de abstracção. Só na sociedade é que o indivíduo atinge o máximo do seu desenvolvimento e póde exercer eficaz e fecundamente as suas actividades; *e em sociedade que ele póde satisfazer as suas necessidades*. Como o peixe que não póde viver fóra de agua, assim o indivíduo humano não póde existir fóra da sociedade, — seu ambiente natural

Observando os *factos*, verificamos que o sêr humano tem mais necessidades do que fôrças ou capacidades para as satisfazer. As necessidades são múltiplices e as fôrças para produzir ou adquirir os meios de as satisfazer são limitadíssimas, dentro de cada individualidade. Aguilhoado por elas é que êle desenvolve tôda a sua actividade social. *tôda a sua vontade*, e é que se liga, se junta, se associa aos seus semelhantes, *se torna social e sociavel*.

A desproporção que existe entre as necessidades humanas e as fôrças, para menos, de que êsse mesmo sêr hu-

mano póde dispeuder para fazer desaparecer o mal-estar que se produz no organismo biológico para satisfação dessas necessidades, é que constitui a base, o fundamento da sociedade.

As necessidades humanas são ilimitadas; aumentam, intensiva e extensivamente, a todo o momento, e ao sêr humano isolado, não é dado satisfazê-las por completo no tempo e no espaço, à míngua de capacidades. E essa ilimitação, êsse aumento constante conjugados com essa impossibilidade individual de as satisfazer por si só, é que constituem o factor mais poderoso do progresso social, a primeira lei sociológica

O sêr humano, como sêr inteligente e perfectível, é insaciável. Satisfeita uma necessidade, nasce-lhe cria-se-lhe imediatamente uma nova necessidade mais superior, mais elevada, mais requintada e igualmente mais complexa.

Para satisfação dessas novas exigências do seu sêr, êle cria novas relações sociais e procura fazer novas adaptações cada vez mais específicas, mais subtis, mais complicadas.

Podemos classificar as necessidades humanas em biológicas ou meramente animais, estético-mentais, e ético-sociais. Mas para que êle satisfaça qualquer delas, é obrigado a unir-se, a agregar-se a outros sêres.

Para satisfazer uma necessidade, realizar um fim, conquistar um ideal, o humano carece de ligar-se, de associar-se a outro ou outros sêres que *sintam as mesmas necessidades*, o mesmo imperativo a determinar lhes as acções, os procedimentos.

Por natureza, pois, o sêr humano é essencialmente so-

cial e sociável: não póde realizar o seu fim senão *dentro* da sociedade e fazendo parte dela

Daqui o *facto sociológico*, a lei fundamental, distinta, característica da sciência social: *a sociabilidade*.

A sociabilidade é a tendência natural dos sêres humanos para se agruparem, se organizarem a fim de realizarem ou obterem os meios indispensáveis à satisfação das suas necessidades

Dois, três, quatro indivíduos produzem, alcançam, na conjugação de esforços e de inteligências, o que a um só homem isolado seria impossível. A luta pela vida contra a natureza ambiente, faz se unindo esforços, somando energias individuais, no auxílio mútuo.

Estas uniões temporárias ou mais ou menos permanentes estas combinações ou *contratos* que se produzem às miríades em tôdas as sociedades, no tempo e no espaço. — outorgadas pelo *elemento humano* — constituem agregados, que, sendo fundados em vista dum fim, no desempenho duma *função* tomam o aspecto, a estrutura, a natureza de verdadeiros *órgãos* — que, por sua vez reunindo-se num sistema para realizar uma função mais geral formam um *aparelho*, como é, por exemplo, o *aparelho económico*, composto de todos os órgãos ou instituições sociais de carácter económico isto é. que respeitam à alimentação, vestuário e habitação humana.

O conjunto de aparelhos sociais fórma o *superorganismo social* ou seja a humanidade. Esta é o *todo permanente*: as suas partes, os aparelhos e órgãos sociais variam, formam aspectos novos, perecem e dão origem a outros, evolucionam em sucessivas e melhores adaptações em proveito dos elementos que lhes servem de base, de substância, — mas o superorganismo persiste, fixa-se cada vez mais;

e, purificando-se pela prática positiva, a lei da sociabilidade efectua-se por meio da sua fórma mais elevada e natural, — a *solidariedade*.

Vejam os agora os diversos aspectos que os diferentes órgãos e aparelhos sociais nos apresentam, como se operam as suas desintegrações e especializações partindo do homogéneo para o heterogéneo, do simples para o complexo e qual o sentido das suas respectivas evoluções ou substituições, ou quais os seus sucedâneos, de modo que nos dêem a previsão do que serão êsses órgãos e aparelhos sociais no futuro e, implicitamente qual será a futura estrutura do superorganismo social que se chama—Humanidade !

III

Agregados sociais

A Horda, — primeiro órgão social

A humanidade, nos seus primórdios satisfaz as suas necessidades dentro dum só organismo homogéneo, uno, simples. A' semelhança da monera, cada parte do todo desempenha confusa e rudimentarmente todas as funções da sua vida simples. O agregado social correspondendo a necessidades grosseiras e vagamente sentidas era então uma confusa massa amorfa. As necessidades humanas ainda muito rudimentares satisfaziam-se por meio dum órgão rudimentar, simples, de natureza homogénea. Os fenómenos sociais passavam-se, coexistiam dentro dum todo

em que um só órgão exercia, sem especialidades ou diferenciações, tôdas as funções. O mesmo órgão desempenhando funções diversas.

As necessidades genéticas, estéticas, intellectuais, morais, jurídicas e políticas, satisfaziam-se, ainda que rudimentarmente, *dentro* do mesmo órgão que então tinha por exclusivo a função económica, — a **horda**.

Não há ainda órgãos especiais cuja função seja satisfazer cada um desses grupos de necessidades.

É dentro dêsse organismo económico, primitivo, que se satisfazem essas necessidades humanas, com carácter ainda rudimentar, mal esboçadas, simples, sem grandes exigências.

A confusão das funções encontra-se bem caracterizada no facto de que, quando há **chefe**, — na horda, e mais tarde na tribo e no clan, — elle é simultaneamente o regulador do trabalho, o distribuïdor autoritário das utilidades, o chefe descricionário da mulher e da sua progenitura, o supremo representante e interprete da divindade, o absoluto conhecedor do bem e do mal, o arbitrário julgador e vingador do procedimento alheio, o intratável senhor a quem todos devem obedecer servilmente, o sanguinário general, o despótico e tirânico senhor dirigente.

Tudo se encontra, pois, integrado no organismo económico rudimentar. Só com o tempo é que, intensificando-se as necessidades, estas criam successivamente órgãos especiais incumbidos de desempenharem funções distintas e particulares, começando esta especialização e diferenciação pelos órgãos mais simples e gerais, para terminar, para chegar à formação dos órgãos mais complexos e especiais. Da homogeneidade primitiva e grosseira passa-se progressivamente para a heterogeneidade subtil e intensiva.

A sociedade económica é a princípio simultâneamente familiar, religiosa, moral jurídica e política, sendo impossível distinguir-se cada uma destas categorias de fenómenos sociais e destacá-los do conjunto

Os indivíduos que se organizaram para satisfazerem as necessidades económicas não se agrupam, não se organizam logo depois para satisfazer as outras necessidades mais superiores, mas, sem dúvida menos exigentes. Para que os sêres humanos sintam as outras necessidades e ditem de satisfazê las, carecem de possuir um supérfluo económico, um bem-estar material suficiente de modo que a preocupação do estômago seja menos obsecante, que a luta pela existência seja menos aguda, menos intensa.

A diferenciação, a desintegração opera-se então imperiosamente, em virtude da indispensável divisão das necessidades e da conseqüente divisão de funções e de trabalho.

O primeiro órgão social que nós encontramos é, como já dissemos, a *horda*, cujo aspecto se assemelha ao rebanho e cuja função essencial é económica. O sêr humano na luta pela existência, agrupa-se, *forma uma sociedade* para procurar satisfazer a necessidade mais geral e mais imprescindível, — *a comer*.

Ainda mal saído da pura animalidade, sem conhecimentos, nem raciocínio para produzir, os sêres humanos limitam-se a procurar o alimento *já feito*; o seu trabalho consiste na *busca* dos alimentos que circulam e se produzem espontaneamente na natureza. Mas como a natureza é escassa e avvara e nem em tôda a parte êles encontram o alimento pronto a ser devorado, êles unem-se, formam agregados, constituem uma empresa, cujo fim é angariar os meios da subsistência sóbria, andando à mercê da sorte.

em cata dos lugares onde a haja. E onde a descobrem aí param. Uma vez, porém, exgotado êsse lugar, êles levantam o acampamento e metem-se novamente a caminho em procura de novos lugares em que haja comida

Mas como nêste período primitivo a regra económica é a da ave de rapina: consumir sem produzir, succede que aos períodos de abundância se seguem os períodos de escassês, de fome e o maior inimigo do homem é o próprio homem. As hordas, — as empresas económicas primitivas — são então rivais, inimigas. A fome determina que se veja em cada semêlhante um concorreute ao alimento raro, um motivo de haver menos probabilidade de a satisfazer. E como a inteligência ainda não atingiu a precisa elevação para compreender que, se uma luta, a fôrça, a violência pode dar-nos uma momentânea primazia e correlativamente os alimentos de que carecemos, muito mais útil e duradoiro seria conglobar esforços, conjugar actividades, exercendo-se solidariamente o auxílio mútuo, — as hordas despedaçam-se, destroem-se, — mercê das condições psíquicas e mesológicas da humanidade primitiva que não eram conducentes a outro procedimento. Ela foi o que pôde ser.

Porisso, a horda não é só uma associação pacífica de exploração vagabunda em busca da alimentação; é também uma empresa que desempenha essa função nutritiva dos seus membros, lançando mão igualmente de meios violentos de lutas, de carnificinas, para se apoderar dos alimentos de que outra horda, por ventura, se apossou primeiramente.

Daquí o carácter exclusivista, fechado e agressivo que uma horda apresenta perante outra horda e o aspecto guerreiro que nos oferecem êsses agregados primitivos. O seu fim é único: encontrar comida para os seus membros viverem.

Os seus meios de o conseguir são a busca pacífica ou a guerra, a *razzia* contra outra horda que as circunstâncias colocaram em presença e cujos interesses se contrariam, à míngua de inteligência e de previsão.

A horda tem, portanto, uma natureza essencialmente económica, mas dentro dela satisfazem se também algumas outras necessidades que determinam o esboço de futuros órgãos e aparelhos sociais com qualidades e atribuições típicas. Dentro da horda elaboram-se, existem virtualmente em embriões, os órgãos que mais tarde devem corresponder às instituições sociais destinadas a satisfazer necessidades menos fundamentais e menos gerais, mas sem dúvida igualmente imprescindíveis a todo o ser humano normalmente constituído e integralmente educado.

As necessidades do ser humano, diz Guyau, impelem-no para a vida, para uma vida mais intensa e mais larga, para um mais belo horizonte do ideal.

Dentro da homogeneidade primitiva em que todos fazem tudo, surgem então as diferenciações, as especialidades, as aptidões, de sexo, de idade e de temperamento, de indivíduo para indivíduo, que, por sua vez, constituem agregados, órgãos, aparelhos sociais, reunindo os indivíduos que têm as mesmas aptidões, as mesmas especialidades, os mesmos interesses e ideais fazendo assim, pelos esforços associados, novas conquistas, novas aquisições e tornando se cada indivíduo um factor, um agente de produção, de cooperação cada vez mais eficaz.

Essa deferenciação de órgãos, essa especialização de funções não vai ao ponto de obliterar o nexo social a interdependência de todos os fenómenos sociais fazendo de cada órgão um agregado á parte, que nada tem com os demais agregados, porquanto são todos de natureza social.

Na sociedade humana tudo se liga. tudo é solidário ; e basta romper-se o equilíbrio num dos seus agregados para que os demais agregados, mesmo os mais afastados, se ressintam.

Assim, por exemplo, quando observamos, pela estatística, que a alimentação dos operários é inferior á sua despesa fisiológica, gasta no trabalho, nós verificamos que êsse desequilíbrio se compensa pelo gasto dos tecidos, á custa das reservas fisiológicas do operário e que êsse novo equilíbrio *forçado* se repercute funestamente no conjunto da estrutura social isto é, sôbre a recíproca situação de cada uma das suas partes componentes, prejudicando não só os indivíduos, mas toda a sociedade, em geral.

À Família. — À Tribu. — O Clan e a Comuna — À Profissão

O crescente número dos seus membros, ou a fusão de dois ou mais dêstes grupos para defeza comum ou para a conquista das subsistências, e ainda o facto concomitante de ter atingido um tal grau de desenvolvimento económico que os indivíduos já sabem produzir, criar utilidades por meio duma rudimentar pastorícia e, sobretudo, duma elementaríssima e grosseira cultura do solo em que se passa, por consequência, da vida nómada para a vida sedentária, da vida da rapina e da caça, para a vida agrícola, e, uma vez relativamente mais satisfeitas as necessidades económicas — a *horda* alarga-se, *complica-se*, aumenta em elementos, em indivíduos, — porquanto as condições económicas melhoradas são motivos duma maior população, —

e surge a tribo, agregado ainda assaz homogéneo, mas mais estável, mais complicado e onde nascem as classes ou castas que ainda hoje subsistem nas sociedades, e onde se cria uma primeira divisão de órgãos com funções privativas, distintas: órgãos económicos e órgãos familiares.

É este o carácter que diferencia a horda da tribo. Quando um agregado económico tem condições de *se complicar* e de criar simultanea e paralelamente órgãos económicos e familiares então a *horda* passa a chamar-se *tribo*.

A *tribo* cria-se, esboça-se quando surge no agregado social o órgão *sui-géneris*, capaz de satisfazer a necessidade genética e amorosa ou afectiva, isto é, a família, instituição que respeita ao movimento e número da população, e continuidade da *espécie*.

Primeiramente, a família tem um carácter intermitente, temporário, irregular. Depois, com o progresso da vida nos campos, junto do solo cultivado, torna-se mais duradoira, mais definida, menos instável, e cada vez mais se aperfeiçoa, se consolida, se fortifica e ao lado dos artificios gerados pelas religiões permanece através dos tempos e no fundo dos factos, o libérrimo e natural consórcio dos sexos.

A família nasce *dentro* do órgão económico, cuja constituição se faz por separação, por diferenciação.

Os mesmos indivíduos que se organizaram para satisfazer as necessidades económicas, organizam-se igualmente *noutros momentos* do dia, mas *dentro* do agregado primitivo, que continúa a subsistir e desenvolver-se, *dentro* do mesmo espaço, para satisfação das necessidades genético-afectivas.

Estas duas categorias de organismos — o económico e o familiar — distintos pelos fins, são, porém, apenas as

pectos diversos dos mesmos indivíduos, têm o mesmo sujeito e, portanto, não podem nem devem ser antagônicos.

Pelo contrário, harmonizam-se, completam-se, auxiliam se, como aliás, se harmonizam. se completam, e se auxiliam todos os demais organismos sociais, na sua interdependência e complexidade extremas

Os dois organismos citados apertam cada vez mais os laços de sociabilidade dos indivíduos. criam uma vida comum imprescindível, *necessária* e progressivamente mais intensa. E se os seus respectivos desenvolvimentos se fazem paralelamente, nem por isso êles deixam de influenciar-se numa recíproca troca de forças e de progressos.

A princípio. porém, a sociedade económica ainda prevalece sôbre a familiar: tanto na antiguidade como entre os selvagens contemporâneos, o sentimento social-económico é mais absorvente do que os sentimentos familiares.

E', pois, nos organismos familiares que o sêr humano esboça o seu senso estético, satisfazendo plenamente a necessidade genético-afectiva; e se por meio dos órgãos económicos rudimentares existentes na tribo, se procura produzir as utilidades que satisfazem as necessidades de nutrição, de vestuário e de habitação, indispensáveis à *vida individual*; naqueles a *vida humana*, a humanidade, procura multiplicar se, mantendo uma população que, conjugada com o bem-estar material, atrofia os instintos ferozes, de luta, de hostilidade, — educa os indivíduos humanos, pelas relações sociais de amor, de amizade, de simpatia, e cria-lhes uma vida cada vez mais intensamente comum e solidária e origina novas necessidades. novos ideais do bem e do belo. E ao lado das necessidades sentimentais aparecem-nos as necessidades intellectuais, o culto pela Verdade.

Quando a tribo se complica com mais esta feição, formando um todo com aspirações sentimentais e intellectuais já elevadas, em que dentro dos seus órgãos económicos e familiares surgem concepções ingénuas e simplistas das causas dos fenómenos, filhas da ignorância,—ela, a tribo, transforma-se. então, pela criação de novos órgãos especiais cuja função é interpretar ou *imaginar* os fenómenos em relação com as suas presumidas causas, no *clan*

A *origem das coisas*. attribue se, então, a um sêr, — mixto de elementos naturais e de animais poderosos; é o antepassado canibal, feroz, o *totem da tribo*, um cão, um lobo, um leão, etc.

É o *clan*, portanto, um organismo mais complexo do que a tribo, e onde se cria um invólucro que se sobrepõe e se insinua nos órgãos económicos e familiares, exercendo uma acção misticista.

As instituições ou órgãos económicos, familiares, e artístico-intelectuais, ainda a princípio simbolizados nas ingénuas concepções totemistas, progridem, quer em extensão, quer em intensidade, quer também em deferenciação e em especialização, *dentro do clan*; e, então, esboçam-se as necessidades morais e jurídicas, e a crosta religiosa que lhe forma o âmbito em que se agitava, e os limites da sua individualidade, perde a sua força de coesão, estala, rebenta.

Então, por todos os lados, numa ânsia de melhor vida, cada vez mais intensa, mais ideológica, em que a especialização e a intensidade das necessidades se manifestam nas funções distintas de determinados órgãos, — surge um novo organismo natural, produto das condições espontâneas da natureza conjugadas com as da vida progressivamente intensiva dos povos, da sua cada vez maior sociabili-

zação, — a *comuna*, que entre nós teve o nome de — *município*

É ê-te o organismo natural, que, pela sua composição integral e complexa corresponde ao estádio social em que os indivíduos podem sentir e satisfazer tôdas as necessidades que o estado actual da civilização comporta.

A comuna é já um organismo bastante vasto, complexo e completo; é já capaz de satisfazer *tôdas* as necessidades que o sêr humano é susceptível de experimentar. É um organismo heterogêneo, *já diferenciado*, de natureza perfectível onde encontramos já distintos e variadíssimos órgãos cujas funções apropriadas respeitam ou às necessidades fisiológicas, — (económicas e familiares), ou às estético intellectuais, (artísticas e científicas) e ético sociais, — (morais, jurídicas e políticas).

É já um organismo assaz vasto, completo e complexo, capaz de desenvolver uma vida intensiva integral. Nêle se sublima a vida social. É o organismo social natural, correspondente ao actual estado das necessidades humanas, e de área e de população compatíveis com as aspirações libertárias de auto-política isto é, um regime social cuja coordenação das actividades individuais é baseada na consciência social e não no poder na autoridade, seja ela qual fôr!

Todo o organismo *unitário* mais vasto que o compartimento geográfico natural que constitui uma comuna, ou um município, é um artifício que só pode ser mantido pela fôrça, pela violência que cria a autoridade e a casta militar, quer seja nobre quer burguesa.

É a comuna ou município, a federação natural das comunas, as federações das federações determinadas pelos factores geográficos e étnicos, e constituindo o supereorga-

nismo Humanidade, — o regime, que por si próprio, eficientemente, pode, segundo a previsão sociológica baseada na indução, realizar o ideal da abolição de *tôda a espécie* de autoridade, e duma sociedade cada vez mais intensivamente libertária.

E a comuna é um conjunto de órgãos, cujo tecido é a **profissão** exercida pelos indivíduos conforme as suas aptidões.

Necessidades e órgãos artísticos, científicos, morais, jurídicos e políticos

Nêste estágio social firmam-se as necessidades, intensificam-se, multiplicam-se, complicam-se; o organismo social torna-se cada vez mais complexo, no insaciável aperfeiçoamento.

O mútuo affecto, expandindo-se nas ocasiões de satisfação gastronómica, de *loisir* económico, traduz-se na brincadeira, no jogo ou *ludus* latino, na convivência amistosa.

Esta necessidade exercitada, canalizada, origina sentimentos, uma estética, ou seja a forma subjectiva da arte. A função artística começa então a organizar-se, surgem agregados com o fim de satisfazer essa necessidade do belo objectivado na arte. Oriunda do agregado familiar, ela é, antes de tudo, influenciada pela genética, pela vida sexual, e as primeiras imitações que o ser humano faz, são dos movimentos sensuais do macho e da fêmea, cujos vestígios encontramos ainda hoje nas danças populares e nos desenhos das formas animais que são aplicados aos instrumentos e armas.

A arte assume, depois, um carácter mais subtil, emancipa-se, perde o aspecto grosseiramente sensualista pela sucessiva e progressiva educação dos sentidos, subdivide-se e especializa-se, intensifica-se, e surgem diversos órgãos especiais, tendo como função satisfazer a necessidade estética: o teatro, as sociedades de recreio, as academias de belas artes, as lojas de vestuário, de mobiliário, a habitação architectónica, a literatura, etc.

Mas *dentro* da sociedade e, nomeadamente dentro do aparelho artístico, nascem outras necessidades e o sêr humano agrupa-se, organiza-se noutros agregados para as satisfazer.

A observação da natureza, a impressão de grandeza e de terror que lhe causam os seus poderosíssimos elementos em luta, a imitação dos seus diversos fenómenos levam os indivíduos a querer relacionar as causas e os efeitos. Indirectamente, pelo sentimento, a arte satisfaz a princípio a necessidade do *querer saber*, a necessidade intellectual, científica. Ela antecipa-se à sciência. Os grandes artistas além de conceberem o belo, pressentem intuitivamente o futuro, prevêm as descobertas dos sábios. Os artistas gregos, antes que fossem estudadas a organografia, a esquelotografia, a miologia ou a nevrologia, já faziam idéa das formas humanas como provam as suas modelares esculturas. Todo o trabalho artístico envolve indirectamente, pela sua concepção ou interpretação uma parte intellectual, embora esta esteja evidentemente subordinada ao sentimento, num segundo plano.

As diversas religiões são consequência dêste estádio psíquico, são uma manifestação dêste estádio social, em que, pelo sentimento, pela fantasia e pelo terror do sobrenatural *se procura explicar* os diversos fenómenos de que

o sêr humano tem percepção, e satisfazer a necessidade determinista.

As crenças são a passagem da vida puramente nutritiva, genética e emocional para a intellectual, por intermédio duma mentalidade ingênua e ignorante; correspondem socialmente á idade da infância em que se procura o porquê. a causa e o fim das coisas. As religiões, concretizadas, por fim. em órgãos constituídos por especialistas (feiticeiros, oráculos, augures, profetas, astrólogos, teômanes, sacerdotes etc.) que *se dizem* sabedores das causas de toda a fenomenalidade, são antes obras sentimentalistas em que a arte tem grande influência e a *imaginação* procura dar simbòlicamente as razões de tudo... que ignora.

Muito depois da sciência ter explicado dum modo positivo os fenómenos, ainda as religiões permanecem, existem organizadas, prolongando se além da sua desnecessária função. — mercê dum ensino caro, reaccionário e só para privilegiados — não já para satisfazer uma necessidade intellectual de explicação dos fenómenos, mas sim, com o seu aspecto meramente espectacular, cerimoniaoso, e, não raras vezes, ridiculamente solene e pomposo.

Os órgãos religiosos têm por *função histórica* servir, a título precário, de transição entre a explicação indirecta dos fenómenos por meio da arte e a sua explicação directa, por meio da sciência, cuja função é satisfazer igualmente a necessidade intellectual de saber as causas e os efeitos das coisas.

As religiões com as suas explicações estapafurdias e fantasistas *obscurecem* as inteligências; a sciência com as suas leis naturais *esclarece* as mentalidades.

Os órgãos scientificos são as escolas, os laboratórios, os gabinetes dos sabios, os observatórios, os museus, os ins-

titutos, as academias científicas, os livros, as revistas das especialidades, etc, etc.. dividindo-se e subdividindo-se em tantos órgãos e grupos de órgãos quantos são os diversos objectos das nossos conhecimentos.

Satisfeiras, num certo ponto, as necessidades económicas, genético-afectivas, artísticas e intelectuais, ainda sob a faze religiosa das crenças, vemos surgir a simpatia, a afabilidade, as relações amistosas para além do núcleo familiar, — a necessidade de regular e regradar o procedimento social dos indivíduos, que os costumes fixam numa complexidade crescente e que acabam por organizar-se constituindo o aparelho da moral.

A princípio a moral confunde-se com a religião: os órgãos que têm esta função desempenham igualmente aquela. O procedimento social dos indivíduos tem como sanção o pretense castigo da parte dum deus vingador, rancoroso e imprevidente.

Com a filosofia do século 18, a moral começa a querer sair da tutela religiosa, a passar para a metafísica dos princípios absolutos, e a tornar-se, em seguida, positiva, emancipando-se, tornando-se independente da fantasmagoria das crenças teogónicas.

Só na época presente é que se esboçam os seus órgãos, se manifesta a tendência de criar agregados cuja função seja satisfazer as necessidades morais dum bom procedimento, do bem mútuo, do recíproco auxílio, do direito á vida social, á solidariedade social, — substituindo o antagonismo individual, o egoísmo grosseiro e dissolvente que caracterizam essa *moral imoral* da caridade, da beneficência e da assistência que as religiões inventaram para uso próprio e dum postigo humanitarismo.

Satisfeita, embora, intermitente e imperfeitamente, a

necessidade moral de dedicação a outrem, *ao todo social*, baseada no sentimento de simpatia mútua e de solidariedade humana, que é, por sua vez, a resultante dum *relativo* bem estar económico comparado com o das primeiras sociedades, vivendo num meio affectuoso em que os sentidos estão já *relativamente* educados pela arte e o cérebro esclarecido pela sciência e possuidor duma consciência, — êsse sentimento de simpatia fundamento da conduta humana, transforma se na *idéa de justiça* e nasce, então, a necessidade de ser justo.

Começam a aparecer, então, os primeiros órgãos jurídicos, ainda hoje extremamente grosseiros, numa imperfeição inconsequente com o seu fim.

Assim como a necessidade moral foi satisfeita primeiramente *dentro* do organismo religioso, para depois se emancipar, assim também a necessidade da justiça, de dar a cada um o que lhe é devido, foi inicialmente satisfeita *dentro* do mesmo organismo, da religião. Por muito tempo a lei é o texto sagrado, a pena uma expiação religiosa, uma sentença de deus.

Hoje os agregados jurídicos ainda têm a característica dos órgãos rudimentares: o despotismo substituindo o consenso mútuo das inteligências. A força impera sobre o direito, como se prova pelo facto dum mesmo acto poder ser considerado crime ou não, dentro do mesmo espaço e no mesmo momento histórico, conforme é ou não praticado em nome da violência do mais forte ou não. Um acto reputado e punido como crime pela lei penal pode ser considerado louvável quando cometido pelas classes do poder, pelos fortes e poderosos...

A necessidade de justiça existe, mas ainda está longe de ser organizada devida e scientificamente.

Finalmente, outra necessidade se cria : a da política, — não confundir com a politiquice, — isto é, a de coordenar, de ligar todos os agregados, todos os elementos individuais no sentido do bem geral e comum, aproveitando e conjugando as suas respectivas actividades na realização duma sociedade perfeitamente solidária em que o trabalho de todos e de cada qual seja exclusivamente orientado no bem-estar e satisfação das necessidades comuns e não numa concorrência deslial, antagónica, divergente e desperdiçadora de fôrças.

Esta necessidade também não conseguiu até à época presente organizar-se dum modo positivo. E' também a fôrça, o dogma, a crença, o empirismo grosseiro, que até hoje tem predominado e servido de base na organização política dos povos, — restos ainda da organização primitiva das sociedades, fundadas na luta na guerra, na violência, no exclusivismo feroz do mais forte e do mais autoritário.

Tem se satisfeito essa necessidade, ora por meio dos agregados sociais rudimentares ou duma outra natureza social especial como os económicos, a tribo, o clan, a comuna ou município, a nação, ora por meio dessas ficções chamadas *estados*, que só a violência militarista, a conquista, mantém em equilíbrio instável.

E' este estádio, filho duma filosofia social de natureza metafísica, que atribui uma influênciã quasi milagrosa a certas fórmulas políticas que na realidade nada ou pouco modificam a sociedade bárbara.

Se a vida política é ainda hoje o refúgio de todos os nulos e cavalheiros de indústria e do «olho vivo» é porque a política não atingiu na prática a sua fôrma científica, ainda não foi exercida como sciência : é apenas um vasto campo de manobras de reles intrigantes e de imun-

dos mistificadores, onde a inteligência se embrutece, a dignidade se achincalha, o carácter se deshonra, os sentimentos se embotam, onde a consciência se vende .

A formação e evolução dos diversos órgãos sociais

Tôdos êstes aparelhos e órgãos sociais já constituídos ou por constituir. não se formam numa sucessão rigorosa no sentido de que só se fundaram sob a condição de se terem fundado *por completo* todos os organismos anteriores na hierárquia dos fenómenos sociais.

Os órgãos políticos não carecem para se constituírem positivamente, que *todos* os órgãos do aparelho jurídico se constituam e aperfeiçoem, nem que *todos* os órgãos morais se criem, nem os morais esperam que haja *todos* os órgãos científicos, nem tampouco êstes relativamente a *todos* os órgãos artísticos, nem os artísticos em face dos familiares, nem os familiares com respeito aos económicos. Não; os órgãos e aparelhos citados foram-se desintegralizando uns dos outros sem esperarem que os seus anteriores atingissem o grau de desenvolvimento máximo e completo.

Basta um pequeno e relativo progresso para que todas as necessidades se façam sentir e que estimúlem a criação de instituições ou órgãos, destacando-se do conjunto homogéneo e se desenvolvam paralelamente e numa recíproca influência.

Se para se criar o organismo familiar fosse necessária a organização completa do aparelho económico, ainda hoje não existia a família, nem nunca a sociedade passaria da

organização económica, porquanto a lei do progresso é incompatível com qualquer cristalização, com qualquer pretensão de se ter alcançado num dado momento, o máximo de perfeição...

Depois de criados os primeiros órgãos dentro de cada especialidade ou ramo da actividade humana, novos órgãos se destacam, se especializam em sucessivas desintegrações, diferenciando-se em funções particulares. Assim, a função económica divide-se em circulação, consumo e produção das utilidades. A circulação subdivide-se em circulação de produtores, circulação dos produtos, circulação de valores representativos dos produtos, que se subdividem ainda em estradas, canais, túneis, pontes, caminhos de ferro, correio, telégrafo, telefone, bancos, casas de câmbio, etc

«A evolução colectiva, diz De Greef, progride pela divisão sucessiva do seu organismo homogéneo em organismos especiais, donde resulta uma perfeição de estrutura, e, conseqüentemente, de funções que facilita uma adaptação cada vez mais completa ao meio ambiente e uma melhoria da vida geral»

Ao contrário das antigas teorias que concebiam as formas sociais como prefixadas e sob um plano imutável previamente estabelecido por uma vontade *superior* rígida e cristalizadora, — os diversos órgãos sociais, nascem e desaparecem ou transformam-se constantemente através de toda a história e em dados *momentos* históricos, apresentando, todavia, o resíduo permanente da sua natureza e fim especiais constituindo os tipos característicos de órgãos cujas funções são satisfazer respectivamente as necessidades económicas, familiares, artísticas, científicas, morais, jurídicas e políticas dos indivíduos.

No seu constante aperfeiçoamento os órgãos, aparelhos.

organismos evoluçionam *sempre*, e os organismos futuros que a previsão sociológica marca como devendo constituir a futura sociedade, não hão de ser menos transitórios, menos instáveis do que os de hoje já podres e condenados pela sciência a uma morte certa ou a uma transformação *radical*.

IV

As duas classes antagonicas

A evolução da *estrutura*, do modo como se faz o *tecido* social, dos diversos agregados sociais, apresenta-nos dois aspectos, cujo progresso e desenvolvimento dum dêles se faz *sempre* à custa do outro. A existência dum é a morte do outro. A existência simultânea de ambos é, portanto, uma fonte perene de conflitos internos.

Um dêesses aspectos é a organização *natural*, estável, pacífica, produtora de utilidades, contratual, por *necessária* e *espontânea* adesão dos indivíduos, para realizarem o seu fim, o seu ideal social, e, efectivarem por si mesmos, em plena e livre consciência, *sem qualquer outra intervenção*, ou imposição, — o princípio da sociabilidade.

Outro é o aspecto *contra natura*, coercitivo, que forma o invólucro, a periferia, a fronteira fechada e exclusiva que serve de limite ao organismo social; sob êste aspecto desenvolve-se a violência, o despotismo, o arbítrio do mais forte.

Na escassês das subsistências e à míngua de engenho e de conhecimentos para as produzir e ainda por falta

de raciocínio para avaliar a superioridade da acção voluntária conjugada dos indivíduos, sobre a dispersão de forças, a luta, a concorrência, — os seres humanos viam, e ainda vêem respectivamente nos outros agregados externos sociais outros tantos inimigos que lhes tornavam e tornam mais difícil a vida. Daqui o carácter de hostilidade que há para com todo o agregado estranho àquele em que se vive e a tendência feroz para considerar inimigo todo aquele indivíduo que não pertence ao agregado, tendência essa que chega a atingir o máximo no facto de não se poderem vêr os indivíduos pertencentes aos demais agregados, hordas, tribus, clans, sem que não travem imediatamente luta, — luta cruel, sanguinolenta, raivosa. E' o ódio contra o estrangeiro!...

E' nesta luta, neste ataque e nesta defeza em que a fôrça se opõe à fôrça, para manter uma pretendida intangibilidade e uma absoluta e vaidosa supremazia, de «*povo eleito*», — que surge, se distingue e se eleva dentro de cada agregado aquele que, pela sua fôrça e idade que é sinal de saber, — mais aptidão tem em matar o inimigo, aquele que mais *valor*, mais presteza tem em *fazer mortes*, subjungando, aniquilando, fazendo *razzius* nos agregados seus vizinhos e seus concorrentes na luta pela existência.

Desta *habilidade* em matar, desta *especialidade honrosa* em destruir vidas, de ser valentão e fanfarrão, surge dentro de cada organismo social o predomínio dum homem, dum chefe, *cujó poder* transmite-se e espalha se a um pequeno grupo de entes que *passam a mandar* nos restantes seus semelhantes — assáz ingénuos para lhes suportarem a vaidade atrevida de impostores e mistificadores.

E' este núcleo de aventureiros rufianescos, alargando-se

e vincando-se atravez da história, cria em nome da sua força violentamente, uma hierarquia em que os indivíduos humanos são escalonados em dois grandes aglomerados.

Desta faze, a guerreira, nascem, pois, dentro de cada sociedade duas classes de indivíduos, — uma, a maioria, — a dos pacíficos, a des que trabalham, dos que aplicam o seu engenho e energias em produzir utilidades, dos que criam o património da humanidade, que nada têm e a que é devido todo o progresso e todas as utilidades produzidas na Terra; outra a maioria dos guerreiros e *guerristas*, dos profissionais da violência, dos estranguladores da liberdade humana, dos carrascos sangrentos que vivem à custa do trabalho alheio ou da rapina, dos que tudo têm e de tudo dispõem, dos que mandam, dos que governam.

A primeira é a chamada classe dos *fracos*, — das mulheres, das crianças, dos cativos, dos escravos; dos servos da gleba, dos vassallos, dos súbditos, dos proletários, a segunda a dos chamados *fortes*, a das «fôrças vivas» que usando e abusando dessa qualidade chegam a convencer a maioria ignorante e ingénua, que são realmente invencíveis, insubstituíveis e superiores *por dom* e natureza.

E' dos mais fortes, dos mais atrevidos no batalhar que nasceram as classes privilegiadas das minorias, cuja base fundamental é a qualidade de militar. E' da classe militar, do guerreiro, que nos vem a aristocracia, os eupátridas, os patrícios os suzeranos, *os senhores*. E' dela que provém a desigualdade social e das riquezas; é dela que vem o modelo autocrático dos *chefes*, dos *poderes*, da subordinação social escalonada e hierarquizada, da divisão dos indivíduos em governados e governantes, em explorados e

exploradores, que conservam o monopólio do mando, discricionário e absoluto.

Toda a luta envolve a idéa de vencedor e vencido, cuja vida quando é poupada, é a dum escravo, e, implicitamente, é a elevação. o predomínio do vencedor, dum indivíduo que se distinguuiu e tende a desenvolver se à custa doutro que se rebaixa, que se submete.

As guerras dos governantes criam sobretudo agregados artificialmente dirigentes, mandantes, despóticos e tírânicos. que, adextrados para a luta, criam pela sua própria condição de vida, outras guerras, outros combates, e aperfeioam se no sentido assambarcador da sua onnipotente intervenção brutal em toda a actividade e manifestações sociais.

E nêste aperfeioamento, nêste desenvolvimento de casta aguerrida, e, tendo passado o vencido a ser incorporado no agregado vencedor. confundindo-se com os fracos, com os escravos já lá existentes, -- a *classe superior*, a aristocracia, a vencedora passa a confundir, no seu ódio e desprezo oligárquico, e a considerar seus inimigos. não só os povos vizinhos, estranhos ao seu agregado, mas também a *classe inferior*, a populaça, a grei, a *ralé*, a *canilha* dêsse agregado, que luta pelo pão, pela liberdade e por uma igualdade só prometida, ás vezes, mas nunca efectivada.

Assim o estrangeiro é considerado um inimigo e julgado como um criminoso; o indivíduo da classe *baixa* é considerado um criminoso e julgado como um inimigo.

A classe militar, a preponderante, arvorada em poder político, quer tenha o rótulo de monarquia ou república, quer se chame aristocracia ou democracia, ciosa e monopolizadora do vigarismo patrioteiro, ella procede de igual

fôrma contra o inimigo exterior como contra os que ela considera inimigos interiores, tratando os vencidos como criminosos e êstes como fóra da humanidade.

O crime social, político, isto é a diversidade de opinião, e de ideais sociais, só existe dum lado, daquele em que está a classe subjugada. Os membros da classe *superior*, isto é, dos que *governam*, êsses e só êsses, têm o direito de vida e de morte sôbre a pessoa dos seus vassallos, súbditos ou cidadãos. Só êles podem prender, enforçar, fuzilar, matar aqueles que não têm a mesma opinião, o mesmo credo social. E se os contrários se revoltam e exigem liberdade de acção e de opinião são criminosos da *pior espécie*, facinoras, etc., etc.

Para a classe que domina, que tem a fôrça armada, os tribunais, prisões, a engrenagem triturante das leis e da violência, a idéa de crime, de abuso do poder da sua parte, nem sequer lhe ocorre e julga que o despotismo que exerce é a simples confirmação duma *ordem* preestabelecida, acatada ou pretendidamente acatada pela maioria ignorante dos seus direitos e deveres.

Daqui o considerar-se como criminosos ferozes, como terríveis inimigos... interiores, aqueles que são tidos como adversários políticos, havendo para êles leis de excepção, e *sempre* muito mais violentas e torturantes do que as que são confeccionadas para punir os actos mais repugnantes dos chamados delitos comuns e de sangue. A luta contra o adversário político ou social, de classe, é muito mais carnal...

O poder governamental, a organização social baseada no predomínio do mais forte sôbre o mais fraco, do guerreiro, assassino e rapinante, sôbre o pacífico, produtor e trabalhador, é a usurpação pela violência duma classe,

criada numa época de lutas externas que se converteu num núcleo de indivíduos exploradores e que em nome dêsse perigo externo, alargou e intensificou a sua acção sôbre os indivíduos do respectivo agregado. A ingenuidade dêstes deixou que medrassem os impostores, os vigaristas do *bluff* governamental ...

E', portanto, na classe guerreira primitiva que nós vamos encontrar os embriões dos *chefes*, dos reis, dos governantes, do poder político. Nos *chefes* se acumulam todos os poderes e elementos de fôrça, e numa natural tendência eles procuram mandar em tudo e por tudo, abusivamente, na economia, na família, na arte, na sciência, na moral, na justiça e na política!

E se não bastasse a fôrça, a violência para submeter os ingênuos, ainda há a auxiliá-los a embrutecedora religião ou a tendência evemerista que lhes *empresta* o carácter de serem na terra a imagem dum deus, a expressão dum poder divino. A classe sacerdotal e a classe militar, posto que distintas, são no funda uma só, visto que não podem viver separadas e correspondem ao mesmo psiquismo social. A cruz e a espada viveram sempre *intimamente* associadas: «ao período dos padres-reis succedeu o dos padres eufudados no poder político» e *êsse espírito* ainda hoje existe...

Estádio militar-autoritário

E', pois, neste aspecto guerreiro das sociedades primitivas que nós vemos o início da divisão das sociedades em duas castas ou classes, — vencedores e vencidos, espartanos e ilotas, patrícios e plebeus, suzeranos e vassallos,

clero-nobreza e povo; burgueses e proletários, *superiores e inferiores*, e este dualismo antagónico prolonga-se e intensifica-se até hoje.

Uma vez criadas as classes sociais a classe guerreira, oligárquica, tende a usurpar tôdas as manifestações da vida colectiva e individual. A sua interferência torna-se assambarcadora, avassaladora.

Tôdas as vezes que os indivíduos experimentam uma necessidade social, se reúnem para obter as utilidades indispensáveis à sua satisfação, — a chamada *classe superior*, com o pretexto de regularizar o assunto, intervém e dá-lhe o seu carácter, o seu estigma de violência, de despotismo. Esta intervenção duma classe sôbre a vida daqueles que lhes estão subordinados, em nome duma pretendida e *histórica* superioridade é o que se chama a *autoridade*, o governo, a *defeza social* (?) contra os indivíduos ..

E' por isso que todos os agregados sociais que se vão formando dentro de cada sociedade assumem na sua primitiva faze orgânica um carácter coercitivo, despótico, autoritário, em contraste com o servilismo quasi canino dos seus elementos.

A generalidade, em tôdas as sociedades desta faze social, da existência dos chefes autocráticos, dos guerreiros tiranos e despóticos sufocando e apertando num colete de ferro os agregados sociais, é para nós indício de que ela corresponde, embora transitòriamente a uma das metamorfoses preliminares ou intermédias para as sociedades adquirirem o seu pleno desenvolvimento, a sua vida de adulto.

Supre, quiçá, a falta duma consciência colectiva, duma intelligência social, dum contratualismo, duma sciência; é filha duma época em que a escassês das subsis-

tências, mesmo dentro de cada agregado, cria interêsses antagonicos e faz quebrar não raramente os laços de socialidade, estabelecendo no seio dum organismo factores que o perturbam e o dissolvem e que só a fôrça autoritária, a violência mantêm em equilíbrio instável; sem que o invólucro dentro do qual vivem sêres que se degladiam. — se rompa, se despedace, formando novos agregados mais pequenos e naturalmente constituídos sôbre o princípio da solidariedade humana.

Mas justamente por ser *uma fase, um estádio social*, é que êsse aspecto, — o guerreiro, o autoritário — é transitório e tende a desaparecer das organizações sociais, como, aliás, *é já um facto* nalgumas instituições.

A evolução do estádio militar-autoritário para outros *sucessivos* estádios cada vez menos despóticos, em que a autoridade, o *poder político* se restringe e se elimina progressivamente *é um facto* que a história prova que a todo o momento se observa, e que a previsão sociológica indutivamente anuncia num próximo futuro.

O trabalho, a previdência

Em face da história é lícito certificar que à medida que o progresso social se realiza, a intervenção da autoridade, organizada em poder político, Estado, — tende a desaparecer, a eliminar-se, e, conseqüentemente, também, aqueles que a exercem, a desempenham.

A' medida que os indivíduos se educam, criam uma consciência social; à medida que o saber se espalha, se desenvolvem os conhecimentos scientificos, se cria uma técnica no trabalho e nasce a organização industrial, quer simplesmente agrícola quer transformadora, — o sêr hu-

mano vai sentindo a necessidade de paz e concebe, compreende, alfim, que o seu interêsse está, não nas lutas, nas guerras, mas na paz, na solidariedade; não na rapina, mas no trabalho.

A medida que o sêr humano adquire a idéa de previdência, — sinal característico duma inteligência, — os seus costumes vão-se pacificando, porquanto o cérebro humano começa a ver que os benefícios do trabalho, da paz são superiores aos da guerra e que ha muitíssima mais utilidade e menos contingências da sorte, na applicação da sua actividade, lavrando e cultivando a terra e transformando os seus productos numa maior utilização, do que matando e roubando os seus semelhantes tidos e havidos como inimigos figadais.

E' incontestavelmente um progresso a faze social em que a vida do vencido já é poupada, para o reduzirem à escravidão, — se a compararmos com a faze social anterior em que o vencido é chacinado raivosamente, e, porventura, não raras vezes, devorado no próprio lugar do combate.

Nesta faze ha já uma previdência, embora rudimentar: a conservação da vida dum sêr que pôde tornar-se útil pela exploração do seu trabalho...

Mas muito maior progresso ha ainda quando a intelligência humana atinge o grau de concepção em que vê que o seu interesse está na combinação de energias, no reciproco e contratual entendimento de actividades, trabalhando uns para os outros, quer vivam dentro do mesmo compartimento geográfico, quer fóra dêle.

Os conhecimentos humanos aumentaram e alargaram o horizonte intellectual.

Atingindo, a intelligência humana um certo grau de intensidade em que a idéa de tempo toma nêle consciênci

sob a fórmula tríplice do passado, do presente e do futuro, e em que se lhe patenteia não ser agradável, nem útil desprezar as lições do passado, não pensar no futuro e só ver o presente, quer êle seja abundante, quer escasso, — as recordações das fomes alternadas de períodos de indigestões, — fazem-lhe sentir a necessidade de criar um futuro; — futuro, êsse, em que as fomes sejam menos freqüentes em virtude da existência dum previdente património, quer êle seja uma simples reserva material, como, por exemplo, o pouparem a vida ao vencido para o tornarem um escravo, um trabalhador, quer na criação dum trabalho organizado na idealização duma colheita futura, e não imediata, de utilidades.

Êsse trabalho organizado, — de semear para colher, — em vista dum futuro mais ou menos próximo, duma previdência, incompatibiliza-se com a luta, com as *razzias*. Só é partidário do regime guerreiro quem não trabalha e não conhece o *valor do trabalho* e não *ama o trabalho*!

A produção exige um trabalho de dia a dia, de hora a hora, sem interrupções e numa convergência de esforços individuais e sociais. A luta quebra essa continuidade tão necessária e acarreta a dispersão das enegias.

Portanto, à medida que as sociedades se industrializam, que adquirem, como dizia Spencer, o *tipo industrial*, as massas profundas dessas sociedades sentem necessidade e são forçadas a afastarem-se das aventuras guerreiras e a perder o *tipo militar* que a ignorância e a ferocidade primitivas fizeram aparecer e medrar.

A organização industrial das sociedades fundada nos grêmios profissionais tende a predominar, por mais esforços que empreguem os que vivem dentro ou à sombra do tipo guerreiro-político.

A trindade político-guerreira-sacerdotal, defende-se rai-
 vosamente; pretende à força, pela violência, imperar e
 mandar em nome duma presumida falta de preparação
 das massas, em nome dum perigo nacional, duma ordem
 pública, duma pátria exclusivista e muito pessoal ou de
 outra qualquer manigância; mas a organização industrial
 ou operária, a económica, base e fundamento de *tôdas* as
 sociedades começa já a *cortar lhes os viveres*, e, quer quei-
 ram, quer não, mesmo à custa de muito martírio por parte
 dos povos, e muita arbitrariedade e canibalismo por parte
 dos mandantes. êstes hão de ceder perante a *necessidade social*,
 (que é mais do que os simples interêsses polítiqueiros), pe-
 rante as leis sociológicas que são bem mais superiores do
 que as engendradas pelos parlamentos,—essas fábricas de
 abortos sociais, gerados por cretinos e matoides, alcooliza-
 dos, possuídos por delírio paranóico de grandezas e de per-
 seguições.

A progressiva evolução humana assim o exige, o tem
 exigido e o exigirá.

E' certo que a humanidade ainda dá o triste espectá-
 culo político-guerreiro, das guerras feitas e desfeitas pela
 vaidade dos imperantes e ganância da alta burguesia, mas
 também é certo que as multidões estão cansadas de lutas
 e nelas há um profundo desprezo pelas guerras.

Ao passo que a diplomacia se entretém com architectar
 tratados para não os cumprir; a organizar conferências
 para resolverem o contrário do para que foram convoca-
 das; se divertem em conciliábulos onde se diz o contrário
 do que se pensa, e os reis, os imperadores, os presidentes
 de república e os estadistas — oh! os grandes estadistas!
 — dizem vaidosamente a última palavra sôbre a paz ou a
 guerra, a grande massa popular permanece pacífica. sem

est guerra genon, invictas, p. hão de
 vencer sempre

ódios estrangeiros e só receando que a estultícia ou estupidéz dos governos político-financeiros lhes venham prejudicar a vida obrigando-os, em nome duma defeza desnecessária, a abandonar a charrua ou o tear para pegar numa arma que espalhará a morte e a desolação entre os seus semelhantes, os seus irmãos de trabalho.

E' que os povos sabem já que o seu interêsse está no trabalho, que a guerra e tôdas manifestações guerreio-políticas são grandes crimes, operações financeiras escandalosas, a favor do capitalismo ora triunfante e ao qual se vende a imprensa nas suas tendenciosas campanhas de patriotismo vigarista.

Isto é *um facto*.

A autoridade, — capricho dos chefes

Quando surge a *autoridade* não há acto algum da vida social, quer particular, quer público, que não intervenha o *poder* do senhor, do chefe, do pai, do inca. O mais forte, ou pretendidamente tal, o mais hábil e ágil, o mais velho é quem manda em tudo e por tudo.

Os indivíduos, as suas idéas e opiniões, os seus sentimentos, o seu corpo; a constituição da família, as sementeiras e as colheitas, a troca dos produtos, o comércio, as refeições, as festas, as reuniões,— tudo estava subordinado ao chefe, que consubstanciava, acumulava, concentrava todos os géneros de autoridade: patriarcal religiosa, guerreira, jurídica e política. Era pai, sacerdote, general, juís, rei!

O pai possuía o direito de vida e de morte sôbre os seus filhos e mulher ou mulheres, ou melhor, sôbre tôda a

família. Tinha uma autoridade absoluta, ilimitada, sôbre as pessoas e bens de todos os membros da família. Era êle que realizava, despòticamente os casamentos dos filhos, e nem tôda a gente podia constituir família. E aqueles a quem era lícito constitui-la, tinham de sujeitar-se como, aliás, ainda hoje, a formalidades impostas pela autoridade assambarcadora e usurpadora, pela autoridade paternal ligada à autoridade política ou pública.

As manifestações da arte e da sciência, o sentir e o pensar, também estavam subordinadas às conveniências dos govêrnos, à sua censura, abafando, estrangulando a intellectualidade, pautando irracionalmente o que cada qual poderia dizer que sentia e que pensava ou idealizava,— estado êste que ainda hoje se encontra nos países de civilização atrazada em que o nível mental é inferior, seja da parte da multidão quási analfabética, seja da parte da autoridade, do poder, que se apresenta grosseiramente primitivo, violento, resolvendo pela fôrça guerreira ou policial o que outros relativamente mais hábeis, mais solertes, resolvem pela astúcia em que o polícia grosseiro é substituído pelos oportunistas e austuciosos estadistas...

A moral é também *decretada* e interpretada ao sabor das conveniências do imperante, que impõe dogmaticamente e que não aceita senão a que êle (*Ele*, com *ê* maiúsculo) julga ser a *verdadeira* ou como lhe *convém* que seja tida. Só *ele* sabe onde está o *verdadeiro mal* ou o *verdadeiro bem*.

A justiça é também um conjunto de regras e normas *decretadas* na defeza dessa autoridade suprema e absoluta em que os chefes se fortificam contra os ataques das turbas, da *canalha*. Esta justiça... injusta e iníqua é imposta por entidades delegadas do *poder central* que têm ao seu

dispor a fôrça bruta das armas, dos impostores e petulantes que se julgam senhores dos destinos dos povos e incumbidos de desempenhar um papel messiânico a que a inferioridade mental dos seus contemporâneos aceita como correspondendo a uma necessidade imperiosa e imprescindível.

Nêstes tempos primitivos, ou nessas sociedades grosseira e empiricamente constituídas no seu invólucro externo ou político é, pois, a autoridade, a vontade despótica, o *capricho dos chefes* que envolve tudo, numa rêde de ferro e de malhas miudas em que a vida individual é asfixiada e a social perde a consciência de si própria.

Desaparecimento da intervenção autoritária na vida social

Com o tempo, porém, *tôdas as formas* de autoridade tendem a desaparecer. A evolução da humanidade assim nos diz dum modo evidente.

A antiga e estúpida intervenção dos chefes, do «Estado» na vida económica (circulação, consumo, preparação das utilidades) tende cada vez mais a desaparecer, salvo casos de patologia social, como em período de guerra.

Nos momentos de bela saúde social, em que os órgãos funcionam na mais sã fisiologia, não há limitss à troca das utilidades, nem ao livre exercício de qualquer indústria ou trabalho. É basta comparar o regime de fiscalização e de brutal e obcecante intervenção como foi o das antigas corporações de artes e ofícios, com o actual regime, ainda, todavia, bem longe daquela liberdade consciente que todos desejamos, para se concluir qual é o caminho que temos diante de nós num futuro próximo. A todos é lícito

exercer qualquer profissão, embora ainda nem sempre as aptidões sejam aproveitadas como deveriam ser. A circulação das utilidades e dos indivíduos, faz-se quasi livremente. atravez das fronteiras políticas, sem que os estados intervenham dum modo exclusivo e proibitivo como em tempos idos. A viação acelerada circula em todos os sentidos no globo, e a intervenção da autoridade, do Estado está reduzida ao mínimo, como, aliás, preconiza a doutrina da ecônomia política ortodoxa, individualista manchesteriana, declarande que a missão do Estado se reduz ao papel de *polícia*, — o Estado polícia, o estadista polícia...

O pai, o *pater familias*, tem já hoje confinada a sua autoridade, mais pelos costumes do que pelas leis. O seu poder já não abrange o despótico e grosseiro direito de *utendi et abutendi* da sua prole. E cada vez se acentua mais essa transformação, êsse declinar do déspota familiar. Os *direitos do pai* estão sendo substituidos pelos *deveres do pai*. O consentimento dos pais nos casamentos dos filhos é hoje uma simples formalidade para os filhos menores. Todos hoje podem constituir família e a intervenção do Estado é cada vez mais reduzida, sendo já aceita facilmente pelos bons costumes e pela boa moral, a família livre baseada apenas na mútua e livre vontade dos consortes.

A fiscalização autoritária, a censura do Estado, o index expurgatório, as riais mesas censórias, as leis das «rôlhas» e todas as prepotências governativas sôbre as manifestações da arte e da sciencia têm diminuido e hoje tende-se para que todos possam ser artistas e homens de sciencia desde que tenham aptidões para tal. A'parte certos momentos patológicos por que as sociedades passam, mercê dalguma doença geral, como uma guerra ou crise de *mudança de idade* ou dalgum tumor maligno, como o

aparecimento dalgum impostor, dum aventureiro ou ambicioso que pretenda numa dada ocasião fazer se senhor absoluto e irracionalmente obedecido, num delirio megalomaniaco — a humanidade tem caminhado *sempre* no sentido da mais profunda liberdade do Sentimento e da Idea!

No campo da ética, já há um critério próprio, pessoal, independente, e em cada indivíduo cria-se uma consciência amiga da verdade demonstrada, e do bem natural, sem fórmulas hipócritas ou metafísicas, dispensando que essa função seja desempenhada por quaisquer indivíduos nem sempre sinceros e sempre autoritários. Assim tem desaparecido a intervenção autoritária, quer política, quer meramente religiosa, ou ambas ligadas, que impunha limites à expansão artística e científica e *decretava* uma moral convencional, contraditória e anti-social.

A tendência para fugir da chamada justiça organizada pela autoridade, e para se resolverem as questões por arbitragem particular, é um facto de todos os dias. Os tribunais feitos à semelhança e feitio dos déspotas políticos, estão eivados do vício originário e corruptor das instituições autoritárias, e o seu descrédito e condenação encontramos na opinião que as massas populares, a voz do povo, têm àcerca dessas dispensáveis e já caducas instituições.

Os reis absolutos, a incarnação do autoritarismo elevado à sua mais alta expressão, tiveram de ceder, ainda que mais na aparência do que na realidade, perante as revoluções liberais monarquistas ou republicanas, e conceder às multidões ingénuas a burla da divisão dos seus *poderes* realengos em *poderes* legislativo, executivo e judicial, trindade a que se acrescentou nalguns estados o jesuítico poder moderador.

Esta transigência dos governantes, esta abdicação do

poder perante as multidões esfomeadas de liberdade e de pão é um sintoma dos tempos e a prova duma necessidade de maior liberdade, de maior dignidade, duma ânsia da parte dos indivíduos pela sua integração na vida social e pelo exercício livre duma auto-política.

E assim é que, reconhecida a mentira constitucional monárquico-republicana, todos êsses *poderes* vão perdendo progressivamente a sua fôrça autoritária, o seu vão prestígio, como é sintoma o justo descrédito em que têm caído a iníqua justiça burguesa, o deshonesto Estado, os ministros, cretinos ou vendilhões, os escandalosos parlamentos, as desmoralizadoras eleições.

As formas autoritárias tendem, pois, dia a dia, a apagar-se e o Estado terá que acatar essa evolução e essa revolução, deixando-se despojar sucessivamente ou duma só vez, se oferecer resistência, de tôdas as prerogativas autoritárias, dando lugar a outros organismos meramente contratuais, -- característica, como dizem Spencer e De Greef, das sociedades que se aperfeiçoam, e que passam do estágio de inconsciência social para o de consciência social. Onde há autoridade há sujeição em nome da fôrça bruta; e não pode haver civilização, porquanto o indivíduo civilizado é aquele que procede bem livremente, pela sua consciência e não obrigado. Onde há sanção não há moral.

A sociabilização intensiva dos povos

Concomitantemente com as tendências e evoluções sociais expostas, a história indica-nos ainda outra evolução não menos importante e incontestável: a da *sociabilização intensiva dos povos*, isto é, a tendência dos indivíduos se

integrarem na sociedade, deixando de ser pessoas mutiladas ou exercendo exclusivamente só uma função social e desconhecendo, sendo alheios, a tôdas as demais funções que constituem o *todo social*.

Como já dissemos, nos primórdios das sociedades, a homogeneidade prevalecia sôbre a heterogeneidade; um só organismo desempenhava tôdas as rudimentaríssimas funções e só havia uma profissão. Depois veio a natural diferenciação de funções e profissões e a correlativa diferenciação de órgãos, criando-se para cada uma um órgão especial, cujo tecido é a respectiva profissão, e cuja célula é a aptidão, isto é, o indivíduo agindo e actuando por meio da sua aptidão tornada energia social.

Mas operando-se esta diferenciação num momento em que paralelamente se intensificava o poder político, o regime autoritário dos chefes, com a sua hierarquia e divisão de classes e castas, teve como resultado o exagêro levado ao último ponto em que o indivíduo que exercia uma função social não podia exercer outra, como na exagerada divisão técnica do trabalho se chega ao ponto dos operários só saberem fazer peças, fragmentos dum todo e não sabem fazer uma obra completa...

Este regime que só utilizava parte das actividades dos indivíduos, tinha como consequência a criação de certas individualidades especialistas, intermediárias, das quais dependiam todos os outros indivíduos, tôdas as outras castas e quem nascia dentro duma dessas castas profissionais já-mais poderia pensar em transitar para outra.

Os indivíduos eram educados fragmentariamente, ensinando-se-lhes a só observarem uma ínfima parte do todo, em vez duma bela visão do conjunto universal.

E como uma sociedade não pode aperfeiçoar-se sem que

todas as suas funções se efectivem, surgiu naturalmente a dependência, — não confundir com a solidariedade — duns individuos pelos outros arverando se uns superiores aos outros, criando se as chamadas *altas* e *baixas* posições, as profissões vis e as liberais, as dos mandados e dos mandantes, a dos governados e dos governantes, etc.

Aqueles que diziam exercer uma *profissão elevada* arrogam a si privilégios e isenções.

Das privilegiadas entre as privilegiadas, e, à parte a das fortunas, duas castas houve que usaram e abusaram e que ainda abusam d'êste regime de autoridade, condição essencial da sua existência e sob o qual atingiram o máximo de preponderância e de riqueza e que se podem conglobar na classe chamada *dos intellectuais*: uma foi a dos que explicavam as causas dos fenómenos, a dos feiticeiros, das aúgures, dos astrólogos, dos sacerdotes, dos padres, depois dos alquimistas e dos físicos e mais tarde dos sábios, dos homens de sciência, incompatíveis, dentro da *sua* aristocracia, da *sua elite*, do *seu escol*, com os da chamada *baixa condição*; a outra foi a dos que pretendidamente defendiam os agrupamentos sociais dos ataques externos, dos outros agrupamentos, e que mantinham ou julgam manter ainda a sua independência, — é a dos militares, dos chefes, dos reis, dos soberanos, dos políticos profissionais, que, dentro da sua torre de marfim chamada Estado, se consideram superiores *à grei*, *à ralé*, *à rua* e que, desprezivelmente, fazem o *favor*, o *grande sacrificio*, (que ninguém lhes encomenda) de governar essa *canalha*, essa *súcia de ingratos*...

E para se conservarem nêsse equilíbrio instável, nessa posição artificial, apenas consentida pela ignorância das massas populares e pela força e pela violência policial e

militarista dos luminares da política, as duas citadas classes architectam uma instrução, uma mentirosa educação em que os seres humanos são acintosamente mutilados, em que apenas se faz um ensino parcial, tendencioso e incompletíssimo e em que o essencial ao individuo lhe é negado e o entretém em coisas inúteis.

Mercê duma escola cara e má, os individuos, na sua grandíssima maioria nada sabem e o que sabem é mal e inconseqüente; não entram de posse de todos os conhecimentos, nem se desenvolvem tôdas as aptidões e actividades. Assim os individuos não são capazes de exercer tôdas as funções sociais a que têm direito. Por desconhecimento, por falta de exercício, e à parte uma das funções sociais que lhes ensinaram incompletamente, no restante são verdadeiras incapacidades e nulidades sociais. E quem não exerce *todos* os seus direitos é um escravo, como aquele que não cumpre tôdas as suas obrigações é um parasita.

E' esta incapacidade que os impossibilita de exercer *directamente* tôdas as funções sociais, tôdas as suas actividades e energias sociais, que cria e mantém as supraditas castas, — que arrogam a si o desempenho das funções que a maioria não sabe ou julga não saber desempenhar. Essas castas servem então de intermediários, de especialistas que se fazem valer autoritariamente e em quem as maiorias delegam, por uma pseudo incompetência, por uma modestia mal compreendida ou por um torpor mental! — as funções, os encargos que, dinamizados, só a elas competia exercer

Os intermediários, quer entre a multidão ignorante e uma divindade imaginária ou uma sciência oculta misteriosa e privilegiada. — o padre e o empírico grosseiro; — quer entre os individuos, os órgãos e organismos sociais

amesquinbados, ignorantes dos seus direitos e sem o tino de os exercer eficazmente, — o chefe, o político, impõem-se, então como indispensáveis, como seres imprescindíveis e num abuso, numa covardia solerte, êles exploram a fraqueza aparente das multidões.

Mas chegados ao limite da máxima elasticidade social, em que as leis sociais já se negam a condescender com o artifício e a ser contrariadas, — a evolução social, a que se opera constante e progressivamente no fundo e na substância das sociedades e que caminha sempre para a frente, *destruindo todos os obstáculos*, tende a cercar-lhes a acção, a prescindir da sua intervenção e cada vez mais êles vão perdendo o terreno em que parasitam, a ingerência, o mando

○ Sindicalismo

Nesta evolução, nesta marcha da humanidade, não se trata do que impropriamente os políticos chamam a «*democratização*» porquanto esta palavra envolve a idea duma soberania, da soberania do maior número; mas, sim, da **sociabilização intensiva dos povos** que não implica semelhante idea e antes, pelo contrário, nos dá a entender que a tendência das sociedades é para uma organização das actividades individuais sob um *regime social de funções* e não para uma organização concentrada e hierarquizada de *poderes*. As sociedades progridem, desenvolvem-se e aperfeiçoam-se pela eliminação sucessiva do princípio da autarquia e não pela sua absorção.

A função política tende, pois, a sociabilizar-se intensivamente, isto é, a transformar-se de empírica em científica, passando dos profissionais-políticos no governo *seu e dos*

outros, para a grande massa anónima, que, consciente da solidariedade social, cõscia dos altos interesses da colectividade, entra a exercê-la **directamente**, sem sofismas de votos, de eleições, de parlamentos ou de quaisquer entidades ornamentais ou fictícias.

Daqui a consequência lógica, natural, do anti-parlamentarismo, e consequentemente a supressão, por inútil, e tantíssimas vezes prejudicial, do verme politiquero e das correlativas *coterics* em que êsses vermes se agrupam para, sem excepção, explorarem e viverem à custa daquêles que suportam o seu parasitismo.

A política deixará, então, de estar monopolizada em *poderes* e passará, dinamizada e intensificada a ser exercida **directamente** por todos os indivíduos agrupados por especialidades técnicas, *como uma das suas funções sociais*. Deixará de ser *poder*; tornar-se-á *função*. E assim as atribuições dos parasitas autoritários, económicos, administrativos, judiciários, religiosos e políticos irão desaparecendo à medida que as unidades do corpo social adquirirem a posse de si mesmas com pleno conhecimento do que são e para onde vão.

Nêstes termos a evolução política segue o seu caminho: o Estado apaga-se, elimina-se; o princípio de autoridade perde o seu prestígio; é destronado e o próprio trono é destruído; — e aparece-nos uma nova agregação, uma nova síntese das energias sociais, a da associação livre das aptidões profissionais, a dos sindicatos profissionais, — composta de indivíduos já possuidores duma *consciência social* e que a existência de energias colectivas ainda agora antagónicas faz parecer que se agrupam unicamente com o fim de se defenderem.

Assim nós vemos constituir-se e desenvolver-se cada

vez mais as instituições sociais em que a intervenção da autoridade é nula e que são formadas *unicamente* pelos respectivos técnicos e não por quaisquer delegados ou representantes que, alheios aos interesses profissionais, são incompetentes e incapazes, por ignorância, de resolverem os mais fúceis problemas da técnica profissional.

Procura-se, pois, substituir a organização das sociedades, fundada no regime das soberanias divinas e metafísicas, no regime parlamentar, — que na frase vulgar dos ignorantes, ainda não há nada que o substitua, — pela organização positiva da sociedade, dividida em agregados sociais, conforme as suas especialidades técnicas, resolvendo os *seus problemas* de harmonia com os seus conhecimentos especiais sobre determinado assunto. É a competência a ciência substituindo a incompetência, a ignorância impertinente e inconsciente.

Portanto, o **Sindicalismo**, longe de ser apenas um mero e transitório meio de o operariado se associar, considerando-o sómente um aspecto-forma do princípio associativo, — quer para efectivar a fórmula «a união faz a força» quer para realizar um fim restrito, como qualquer sociedade de recreio, — o **Sindicalismo**, diziamos nós, tem um alcance e um âmbito muitíssimo mais vasto: é também a organização social futura que a previsão sociológica indica.

O associacionismo, o cooperativismo o mutualismo, o solidarismo, são meros institutos sociais, com carácter de de paliativos, para *pretendidamente* melhorar, de momento, as condições aflitivas da vida das classes pobres.

Não alteram, porém, a *ordem* geral das sociedades, não destroem, nem sequer, corrigem os vícios essenciais das instituições burguesas. Não curam o mal; mantêm-no.

O **Sindicalismo**, pelo contrário, é eminentemente novo.

lucionário: tem por fim destruir, curar o mal. Contém *todas* as espécies de manifestações de solidariedade humana. E' mais vasto, vai mais além, é mais profundo do que os citados paliativos.

O seu character é essencialmente orgânico e integral e não dispersivo e fragmentário; pretende destruir as instituições actuais e não viver com elas numa convivência incoerente, imoral, senão idiota ou sofisticada. E' sobretudo *uma organização social integral*, completa, que vai realizando-se em todas as sociedades, e que tende naturalmente a abranger todos os indivíduos num nivelamento, ou, melhor, numa destruição de classes.

Estudando o passado, observando o presente e prolongando a recta que os une, o *Sindicalismo* impõe-se como a futura síntese social que deve substituir o actual momento de análise social, iniciado com a Reforma ou Protestantismo e desenvolvido com a Revolução francesa de 1789 e as revoluções liberais.

A «*verdade sindicalista*» identifica-se, portanto, na «*verdade sociológica*». O *Sindicalismo* corresponde às tendências sociais, — efeitos *necessários* da evolução social, — à *necessidade* de *tôda* a sociedade se *sindicalizar*.

O *Sindicalismo*, não é, pois, apenas, uma estratégia, uma tática; é um *modo prático e eficaz* de se realizar a emancipação dos povos; é a resultante fatal do determinismo social, do devenir social.

E' a aplicação da lei do transformismo social em que do homogéneo indefinido, confuso, incoerente, se passa para o heterogéneo definido, para a diferenciação de funções.

Portanto, o *Sindicalismo* tem um character e fundamento essencialmente sociológico, científico.

E porisso, o *Sindicalismo*, isto é, a agremiação dos in-

divíduos agrupados por especialidades técnicas, não é um apanágio de qualquer classe. Ele revela-se como tendência, em todos os graus e especialidades profissionais.

Faz sindicalismo, o jornalista que entrevista o competente e lhe solicita a opinião sobre a matéria que *percebe*, em contraposição do político que resolve tudo, fala de tudo sem de nada perceber, —salvo os interesses inconfessáveis do campanário.

Faz sindicalismo, o próprio Estado quando, destruindo-se a si próprio, abdica da *sua autoridade* e confessa a sua ignorância e impotência, remetendo, em princípio ou tese, a solução de vários problemas às competências técnicas.

Fazem sindicalismo, os corpos docentes dos estabelecimentos científicos e artísticos, tomando resoluções, tratando e estudando os assuntos que só êles percebem e de que só êles podem ter conhecimento científico e técnico.

Fazem sindicalismo, os variados congressos, onde os especialistas, os profissionais, os técnicos vêm discutir os problemas que só êles podem discutir e resolver conforme as leis científicas positivas e sem preocupações do mando, da conquista do poder.

Fazem sindicalismo, todos os indivíduos que se reúnem, se agremiam como profissionais, para resolverem **directamente**, sem interpostas pessoas, sem intervenção dos chamados poderes constituídos, qualquer assunto, qualquer problema técnico ou científico

Portanto, os operários sindicalizando-se não fazem mais do que estarem de harmonia com as leis sociológicas, com a evolução social.

Não fazem apenas uma defeza oportuna e eficaz das suas vidas contra a burguesia organizada em Estado; fa-

zem mais: organizam a sociedade futura em alicerces positivos e justos, porquanto **organizam a solidariedade humana**.

Assim, pois, conforme a observação dos factos e das tendências sociais, a Sociologia conclui que a organização social próxima futura terá uma base sindicalista, isto é, os diferentes órgãos do corpo social serão constituídos pelos respectivos elementos técnicos e peritos, que, reunidos, chamarão a si a função de coordenar e de harmonizar as actividades individuais, no sentido convergente ao bem geral, consubstanciando, portanto, em si, a função política, que passará a ser exercida sem intervenção de qualquer autoridade ou princípio autoritário.

Dentro dêste regime, os indivíduos exercitar se hão numa prática essencialmente educadora no sentido libertário, e dêle deverá sair sucessivas organizações sociais progressivamente cada vez mais libertárias.

O que é a Organização Social Sindicalista

A **organização social sindicalista** é, pois, uma ambiência, em que se cria e se desenvolve a **acção social directa**, do indivíduos, — mercê duma maior intelligência social, duma mais profunda consciência social.

Cria assim *uma progressiva intensificação da vida social*, em que a nenhuma das suas actividades são alheios os indivíduos, mercê de os indivíduos exercereu todas as funções sociais e não só uma ou algumas, de os indivíduos ingressarem completamente em tôdas as manifestações da vida colectiva, satisfazendo, dêste modo, integralmente as

suas necessidades fisiológicas, estéticas, intelectuais e sociais.

De facto, à medida que se opera a evolução da humanidade no sentido da sua maior consciência social os intermediários parasitários vão desaparecendo e os problemas da vida social passam a resolver se directamente entre os técnicos ou profissionais, os interessados, — como já dissemos; igualmente os *poderes*, como já frizamos, cedem o lugar a *funções* que passam a ser exercidas sem as ficções das doutrinas metafísicas das soberanias, — por órgãos, gerados pelas necessidades, que são a essência da natureza humana, livremente desenvolvidas.

Todo o indivíduo humano pelo único facto de o ser, tem o direito de exercer na sociedade todas as actividades que é susceptível de desenvolver.

Os indivíduos conhecedores das leis positivas da natureza social, sabedores de que obedecem, por definição de sêr humano, à lei da sociabilidade, — scientes e conscientes dos seus deveres emergentes da sua essência social e sociável, não carecem já de quaisquer fórmulas coercitivas e autoritárias para os cumprir.

Repugna aos seus sentimentos sublimados, à sua mentalidade emancipada e ao seu character dignificado que alguém lhes paute *superiormente* ou fiscalize os seus actos e procedimentos ou que se inculque, impostoramente interprete dós *seus* sentimentos, árbitro, delegado, representante das *suas* ideas ou que lhes trate de assuntos que dizem respeito à *sua* consciência, à afirmação da *sua* personalidade moral, jurídica ou política. Repugna-lhes, a êles, sêres morais, justos e solidários para com os seus semelhantes, que haja alguém que exerça a moral, pratique a justiça, coordene a sua actividade em nome dêles, quando

êles o podem e devem fazer muito melhor, por si próprios, sem qualquer abdição vexatória do exercício pleno de todas as suas actividades sociais.

Quanto mais um indivíduo possui uma *esclarecida consciencia social*, tanto mais *sabe* conduzir-se por si, em sociedade, e *sabe* o que lhe cumpre fazer para bem da colectividade, da ambiência que é a condição da sua própria existência. E quanto mais essa consciência se aprofunda, tanto mais o indivíduo verifica qual é a essência da sua própria natureza e como ela lhe impõe deveres e direitos.

E' êste duplo conjunto de exigências da natureza — deveres e direitos — e cuja correlação é inextricável, — que marca exactamente, afinal, o lugar do indivíduo na sua ambiência cósmica e social.

O indivíduo biológico humano é um conjunto de órgãos que formam sistemas e aparelhos. Este conjunto igual em número em todos os seres humanos normais, forma a natureza do tipo humano, genérico, que se distingue dos demais animais por um aspecto especial e inconfundível.

A proporção, porém, em que estes órgãos e respectivos sistemas e aparelhos actuam no organismo que compõe cada indivíduo é que varia de indivíduo para indivíduo. E dêste modo surgem os diversos *tipos individuais*, os diversos temperamentos, as aptidões manuais, as estéticas, as intellectuais, as sociais que distinguem e caracterizam os indivíduos humanos entre si, dentro da humanidade.

Estas aptidões criam os tipos ou especialidades profissionais, isto é, os indivíduos-peritos no exercício duma certa função social, na produção duma determinada utilidade.

O conjunto de indivíduos da mesma especialidade profissional constitui o tecido do órgão da respectiva profissão.

A profissão, porém, não é só uma manifestação subjectiva, uma expansão natural duma actividade orgânica predominante em cada indivíduo; é também uma adaptação do indivíduo ao meio cósmico e social a fim de satisfazer as suas complexas e múltiplas necessidades.

Quando a organização social é simples e homogénea, não ha lugar a diferenciação de profissões, nem ao aproveitamento das aptidões, porquanto as sociedades apenas curam, então, do desenvolvimento duma actividade: a que produz utilidades económicas, de alimentação. Só sob a lei do transformismo social é que se realiza a diferenciação de órgãos especiais com funções correspondentes e identificadas em profissões e em que, portanto, se aproveitam as outras diversas aptidões individuais.

E assim os indivíduos especializam-se como produtores de utilidades e criam agregados, cuja função é criar utilidades que satisfaçam as necessidades humanas.

Aptidões e necessidades, deveres e direitos, são reciprocamente efeito e causa de adaptação do indivíduo ao meio para viver melhor; por conseguinte, ha tantas categorias de necessidades quantas são as aptidões *criadas* nos indivíduos: as necessidades humanas reduzem-se a quatro grupos: animais ou fisiológicas, estéticas, mentais e sociais, mas *todas* elas só podem ser satisfeitas *dentro* da sociedade e *pelos* órgãos sociais; igualmente todas as aptidões individuais se esquematizam nessas mesmas quatro espécies: aptidões musculares, artísticas, intellectuais e sociais.

O indivíduo-produtor exerce a sua aptidão e contribui com a sua cota parte para o bem geral; o indivíduo-consumidor satisfaz as suas necessidades e exige da colectividade a cota de utilidades a que tem direito.

Cada indivíduo-produtor cria uma determinada ou de-

terminadas utilidades que satisfazem uma das necessidades específicas da natureza humana.

O indivíduo-produtor-manual contribui com a sua aptidão manual aplicada á execução duma certa utilidade para a satisfação sua e dos seus semelhantes duma certa necessidade específica, como, por exemplo, de alimentação, de vestuário ou de habitação.

O indivíduo-produtor-artista contribui com a sua aptidão estético-artista, aplicada à execução duma certa utilidade ou obra para a satisfação sua e dos seus semelhantes duma certa necessidade específica, como por exemplo, de ornamentação, de teatro, etc

O indivíduo-produtor-scientista contribui com a sua aptidão intelectual, aplicada à execução duma certa utilidade, obra ou problema para a satisfação sua e dos seus semelhantes duma certa necessidade específica, como, por exemplo, de saber, de conhecimentos, de higiene, etc.

E' nesta especialização de aptidões ou de profissões que se cria e se realiza a *reciprocidade de serviços sociais* que é o fundamento orgânico da sociedade humana, em que cada qual contribui conforme as suas forças (aptidões) e cada qual consome conforme as suas necessidades, sem exclusões ou privilégios, integralmente.

Ao lado do exercício da sua aptidão, o indivíduo desenvolve, goza usufrui, intensivamente, como sêr normal, o prazer do exercício de tôdas as outras actividades ou energias, cujo conjunto forma a natureza humana, e é a característica dum sêr humano.

Em vez de ser um mutilado, exercendo apenas a actividade correspondente à sua profissão e consumindo somente o indispensável para manter a vida vegetativa, ou, quando muito, de simples animal, — o sêr humano vive

integralmente a vida, ingressando plenamente na complexa vida colectiva e exercendo e saboreando o funcionamento complexo de tôdas as suas actividades, e que são as naturais manifestações dum organismo perfeito e perfectível.

Esta faze em que o sêr humano exerce livremente, conforme a estrutura e essência naturais, tôdas as funções sociais de que é susceptível, é a que constitui, como já dissémos, a **sociabilização intensiva dos povos**.

Portanto, a natureza humana exige por um lado que os sêres humanos se organizem para satisfazer, num regime de comunidade de consumo social, as suas múltiplas necessidades, em agregados económicos, artísticos, scientificos e morais. etc.; e por outro leva os indivíduos a agruparem-se num regime de divisão de trabalho social, conforme as suas específicas aptidões

O indivíduo aptidão é o indivíduo consumidor. O órgão produtor duma utilidade que satisfaz uma necessidade ou grupo de necessidades da mesma espécie, é por sua vez o consumidor das utilidades produzidas por outros órgãos produtores destas outras utilidades.

E esta organização, baseada nas aptidões e nas necessidades humanas, com os progressos da Educação social que cria em cada indivíduo uma consciência social, capaz de por si só actuar directamente no bem geral da humanidade, tende a desprezar todo e qualquer elemento coercitivo e a emancipar-se de qualquer tutela autoritária

A sociedade é pois, a ambiência criada pela natureza do indivíduo humano, é um produto de dois factores: as necessidades e aptidões humanas.

Essa natureza seguindo a lei do transformismo social tende para :

a) Uma organização social baseada nas profissões ou officios e nas indústrias que cada indivíduo exerce, conforme as suas aptidões, tendências, inclinações, temperamento livre e inteligentemente aproveitados por uma educação técnica e social para satisfação de todas as necessidades experimentadas nos indivíduos;

b) Uma organização social natural progressivamente cada vez mais libertária. Quanto mais o indivíduo é uma consciência social, quanto mais *sente* a sua vida social e sociável, tanto mais êle prescinde de imposições para se agrupar e contribuir, sem precisão de qualquer coacção ou sanção, para o bem geral

A consciência social cria o necessário psiquismo para que o indivíduo só por si veja e *actui* em sociedade, na realização do bem de todos

A consciência social é uma energia assaz potente para levar o indivíduo a proceder *sempre* e exclusivamente de harmonia com os interesses de toda a comunidade, porquanto ella lhe diz, lhe evidencia que é no bem da colectividade, na felicidade, no bem-estar dos outros que está o bem, a felicidade, o bem-estar do indivíduo.

Não ha, nem pode haver felicidade individual sem que haja felicidade colectiva.

E aqueles que por inconsciência social não vêem êste facto e cometem actos anti-sociaes, só criam para si motivos de infelicidade e de mal estar.

A quebra de solidariedade entre os sêres humanos não é só prejudicial às vítimas, é, sobretudo, e muito mais aos seus autores. As apparentes vantagens que num dado momento podem dar ao seu autor um acto anti-social, são bem depressa destruidas ou neutralizadas pela preocupação das consequências que tal acto ha de engendrar *necessaria-*

mente, como é o medo da vingança, como é a luta que se trava entre a subsciência social existente em toda a gente e os momentâneos efêmeros prazeres roubados à felicidade alheia, ao bem estar colectivo.

Fundamentos da sociedade hu- mana e dos seus agregados

Resumindo e reatando o que dissemos na tese de Organização Sindical do 1.º Congresso Operário Sindicalista, em 1909, com o que acabamos de expôr, vemos pois que «os indivíduos são os elementos activos, mas, ao actuar são sempre efeitos da mesma sociedade quer como produto do trabalho acumulado de gerações sôbre gerações, quer, sendo os mandatários conscientes ou inconscientes do grupo étnico em que vivem e do qual dependem por natureza »

«De facto, os indivíduos, na sua actividade cotidiana, utilizam-se do saber que o tempo e o trabalho têm acumulado e também do trabalho e esforços dos seus iguais que habitam o mesmo lugar. A sciência de toda a humanidade dá-lhes o que não poderiam adquirir no curto espaço duma vida; o esforço concentrado e intensificado dos seus contemporâneos dá lhes os meios de proverem às suas necessidades, que pelo próprio esforço isolado não poderiam ser satisfeitas »

«O sêr humano carece, efectivamente, de se unir, de se ligar para alcançar tanto quanto possível a satisfação das suas necessidades. Sentindo a todo o instante necessidades, não possui as correlativas fôrças para as satisfazer; vê se obrigado, *por natureza*, a conjugar os seus esforços numa determinada direcção e, ao mesmo tempo, a combinar

uma divisão de esforços de modo que cada qual se dedique a uma certa actividade em detrimento doutras em que outros indivíduos se especializarão.»

«É esta desigualdade *natural*, entre as necessidades e as energias do sêr humano, que fundamenta a existência da sociedade humana e de todos os agregados sociais em que esta se divide e subdivide, surgindo em todas as funções sociais, em todos os casos em que há a realizar um fim. seja fácil, seja difícil, — os agrupamentos ou organismos correspondentes à consecução dos diversos *desiderata*.»

«Ainda que pese ao nosso orgulho, a vida social tem de ser... social. isto é, o sêr humano não pode viver isolado, fóra da colectividade, — sob pena de perecer, tem de aderir e de se ligar ao meio, como o meio lhe deve proporcionar tudo de que carece »

«Todos os produtos que o sêr humano utiliza em seu proveito são uma resultante de esforços combinados, harmónicos. tendentes a êsse fim. O pão, por exemplo quantas séries de combinações representa, desde o amanho da terra para lançar a semente do trigo até ao padeiro que o traz a casa! O fato, quantos agregados sociais se constituem, desde a sementeira do vegetal têxtil ou da criação do gado produtor do fio têxtil, até ao alfaiate ou à modista que o apronta a vestir! Quantos acôrds. quantas combinações, quantos cálculos conjugados! E quantos desperdícios de fôrças, de actividades, de vidas. quanta inutilidade, quanto fracasso, quanto êxito frustrado, pela falta dum acôrdo, duma combinação inteligente para o conseguir! Para se alcançar a satisfação de qualquer necessidade. por mais simples que seja, ha uma série infinita de contratos espontâneos, sem os quais o sêr humano, não a sacia-

ria. Assim, são as deficiências da própria natureza do sêr humano que determinam e criam a tendência dêle se agrupar, de se organizar para a consecução dos diversos objectivos que à inteligência humana surgem e que correspondem a outras tantas necessidades. O sêr humano não pode realizar, portanto, o seu fim, — viver o mais possível e o melhor possível — sem se unir e organizar-se em sociedade. E como êsse fim último, geral e superior, pressupõe o conseguimento doutros fins preparatórios, especiais e inferiores, assim também há agregados sociais correspondendo a uma igual classificação que são preparatórios ou submúltiplos, especiais e inferiores ao organismo da sociedade-humana».

«A própria natureza, pois, é que torna o sêr humano, um «sêr eminentemente social» e o que o obriga a *faxer sociedade* com os seus semelhantes. O sêr humano isolado não poderia satisfazer mais do que uma necessidade, e essa mesma deficientemente, porquanto todo o seu tempo e esforços não lhe chegariam para tal. Aquele que se esforça numa tarefa que muitas vezes é uma parte ínfima dum produto, carece de que, enquanto êle se dedica ao seu mister outros trabalhem na preparação ou complemento da sua obra e ao mesmo tempo outros façam iguais esforços para produzirem objectos que satisfaçam as necessidades dêsse trabalhador».

«A sociedade tem, pois, por base a própria natureza da humanidade, e realiza o seu fim por meio de contratos de serviços recíprocos. Esses contratos, quer sob a fôrma autoritária, quer sob a fôrma de livre e consciente adesão a um acto, dão origem aos diferentes órgãos, agregados, e agrupamentos sociais em que se divide e subdivide a sociedade humana, — caminhando para sua perfectibilidade à

medida que esses contratos vão passando do campo da inconsciência para o da consciência. O fundamento da sociedade, é, pois, o regime contratual, derivado da desigualdade entre as necessidades, para mais, e as energias, para menos, dos seres humanos»

«Assim, para cada necessidade a satisfazer, o ser humano constitui um agregado social, um órgão, com esse fim determinado. A sociedade é formada por séries infinitas de contratos de diversa importância, que originam por sua vez a formação de séries de agregados, cujo coroa-mento é essa própria sociedade que constitui um agregado mais vasto», o superorganismo: — humanidade.

«Uns desses agregados são derivados da própria natureza, — são primários: sem eles a humanidade pereceria» são a própria condição da vida da humanidade, «e, por conseguinte, têm sempre existido, ainda que rudimentares e grosseiros, desde que ela saiu do estágio de pura animalidade» e «sobre vários aspectos»; «outros, são apenas secundários, conseqüências doutros já existentes e os quais lhes dão a sua razão de ser».

Esses agregados naturais, primitivos, indispensáveis à existência da humanidade, são aqueles cujo tecido é constituído pelos indivíduos-aptidões profissionais, produtores de utilidades!

E o **Sindicalismo** tem por fim entregar a esses agregados ou órgãos naturais a livre gestão dos interesses da sociedade, repondo-os na sua plena acção libertária.

A luta de classes — a Revolução Social

No dia em que a humanidade, lutando por estupidez e ignorância, se dividiu em vencedores e vencidos, e sucessivamente em senhores e escravos e servos, em suzeranos e vassallos, em patrões e operários, em assalariantes e assalariados, — surgiu a luta de classes, essa tremenda *luta histórica* que verificamos em todos os tempos e em todos os lugares, essa ingente e inglória luta travada entre a injustiça e a justiça, a força e o direito, o egoísmo e o altruísmo, entre os que tudo têm, — os ricos. — e os que nada têm, — os pobres. — os que possuem o supérfluo e os que não têm o necessário.

Dum lado collocou-se a classe chamada por eufemismo «superior», — a classe usurpadora, usufruidora do solo das matérias primas, dos instrumentos da produção e dos produtos do trabalho alheio, e que para manter esse abuso cria a soberania do mais forte, as soberanias divinas, metafísicas, militares, ergue como princípio absoluto, intangível e necessário à existência das sociedades, — o dogma da autoridade, a ficção do Estado, e inventa para deslumbrar a ignorância, a estupidez, e para «uso externo» dos «outros» e como derivativo, essas burlas conhecidas pelos chavões desacreditados de «pátria», «patriotismo» «prestígio da autoridade» «respeito pelos poderes constituídos» «dignidade do poder e do governo», «ordem pública» «liberdade do trabalho» etc. etc

É, portanto, por necessidade e natureza, conservadora, reaccionária, inimiga de tudo que seja progresso, aperfeiçoamento social.

Do outro lado, encontra-se a classe, apodada despre-

zivelmente de «inferior», — a classe expoliada de todos os meios de vida, não lhe pertencendo, sequer, o produto do seu próprio trabalho, e que procura defender-se contra tôdas as extorsões, todos os vilipêndios e vexames dos «poderes constituídos», contra todos os abusos e violências da «fôrça pública» da autoridade, do Estado. Oferece, então, resistência, nega-se a ser vítima, e, às vezes, não raras, em períodos de desespero, de insuportável miséria, vêmo-la, atravez da história, negar se a colaborar com os seus algozes, negar-se a trabalhar, e revoltar se.

A' medida que as *necessidades humanas* se intensificam, à medida que a inteligência humana se esclarece, à medida que a sua consciência social se aviva e correlativamente, o carácter se dignifica, ela, a classe vítima, une-se, aperta fileiras, ergue-se justiceira contra a classe inimiga, e, contrapondo-se lhe, não só se defende, mas também cria, estabelece e organiza um plano de ataque destruidor, não dos indivíduos, mas das instituições, dêste estádio de luta social que só terá um termo pelo desaparecimento, sem sofisma, de tôda e qualquer divisão social de classes ou castas.

É portanto, esta classe, por necessidade e natureza, essencialmente revolucionária, libertária, inimiga de tudo que seja retrocesso, cristalização, imperfeição, teratologia social

A «luta de classes» impõe-se, é necessária para que essas classes desapareçam completa e totalmente das sociedades. Enquanto houver classes haverá luta. Portanto trave-se a luta final para que elas acabem! E essa luta para ser eficaz deve ser constante, intensa, sem tréguas, nem transigências, nem covardes e vergonhosos conúbios!

«A actual classe preponderante, escreviamos na nossa

tese de 1909 já citada, a burguesia, para se impôr, para viver, destruiu ou subjugou, assimilando-as, as classes que anteriormente a subjugavam; criou uma nova fórmula política, substituiu o Estado aristocrático clerical dos reis absolutos, pelo Estado capitalista-clerical dos reis financeiros ou dos presidentes *trustmen* — pondo toda essa engrenagem politqueira à sua disposição, à mercê dos seus interesses, dos seus caprichos. Em nome da *ordem* . . . da *razão do Estado* . . . do *prestígio da autoridade* . . . do *sagrado nome da pátria* . . . e sob outros palavrões de significação dúbia e suspeita, a burguesia foi e vai explorando, escravizando chacinando a restante parte da humanidade» a classe «inferior».

«Pois bem, a essa organização, para ela, tão perfeita quanto pérfida para nós, precisamos, nós, os explorados, os escravizados, os chacinados, opôr uma organização pelo menos, igual em força e superior em intuítos, — uma organização que servindo para o combate seja também o embrião da sociedade futura !

«Os operários devem organizar-se, instruir-se, educar-se no *exercício social*, fazendo vida comum com os seus companheiros que têm igual sofrimento e, que, portanto, sentem as mesmas agruras e as correlativas necessidades de emancipação. Precisam formar *um todo* que, conservando cada qual a sua liberdade, seja o tipo, o modelo do grande princípio sociológico chamado *solidariedade*. Precisam que êsse todo seja o resultado duma rêde de agregados sociais, de organizações parciais correspondentes a toda a engrenagem dos Estados burgueses. Precisam organizar-se de modo que na luta pela sua emancipação, a cada agregado burguês, oponham uma organização social operária, e que esta organização seja de tal sorte constituída que não

tenha de socorrer se, nem de pensar, senão nas *suas* próprias e genuínas fôrças, sem intervenção ou auxílio de pessoas estranhas, de «pessoas amigas», o qual, por essas pessoas não possuírem o mesmo estímulo a determinar-lhes as acções, há de ser sempre fraco, pusilânime; — que não tenha de arrecear-se dos patrões, dos tribunais, da polícia, do exército, da imprensa burguesa, e da diplomacia — essa arma covarde, que urde no segredo dos gabinetes as mais traiçoeiras combinações, — tornando êsses sustentáculos do capitalismo, impotentes e ridiculamente idiotas; — que, finalmente, não tenha de temer, no caso de greve, que o pão falte ou que haja abandono ou traição dos camaradas, antes, pelo contrário, haja a certeza de obter a adesão moral, material e, até, a solidarização no movimento não só dos camaradas de oficinas da mesma indústria, como das outras da mesma região, ou, ainda, do país inteiro, etc., conforme o que fôr preciso para a vitória».

«E', pois, diziamos nós em 1909 na citada tese, a própria natureza das instituições em que o proletariado vive que lhe cria a necessidade impreterível de se agrupar para se defender e lutar contra o seu inimigo. Porisso o operário isolado, o operário *pulverizado* pelo liberalismo burguês, criado em 1789 em França, à medida que a burguesia vai encontrando-se e intensificando-se em fôrças na grande indústria, o operário, repetimos, vê-se na necessidade de se unir ao seu camarada de *oficina* para se defender do patrão comum; e os camaradas duma oficina aos das outras oficinas da mesma *fábrica*; os duma fábrica aos doutras fábricas congêneres, visto que sendo do mesmo género, natural é que sofram as mesmas injustiças, e que, portanto, sintam a mesma necessidade de apresentar, propôr ou exigir uma certa e determinada reivindicações, con-

tra os patrões solidarizados, E assim, sucessivamente, de grau em grau, numa cada vez maior amplitude, até a organização internacional do proletariado»

«Aos patrões organizados e solidarizados pelos *interesses comuns de classe privilegiada*, os operários, também organizados, solidarizados pelos *interesses comuns de seres humanos*, contrapõem uma organização social, baseada na própria natureza da organização industrial, simultaneamente de ataque e combate e, também, de organização futura da sociedade. A' fôrça organizada no empirismo do Estado, opõe igual uma fôrça organizada no positivismo científico da Sociologia »

«Nestas agremiações não podem, nem devem agrupar-se, nem mesmo a título de honorários ou beneméritos e doutros burguesismos imorais e idiotas, indivíduos estranhos ao ofício, à classe trabalhadora, sob pena de se desnaturalizarem e de redundarem em associações dúbias, sornas, de interesses heterogêneos, prosseguindo fins que se antagonizam, que se destroem » A sua acção exclusiva é económico-social, a sua luta é de classes !

«Tudo o que não tiver êste ideal, esta feição clara e nítida; tudo que fôr rodeios, sofismas, estratégias, é desvirtuar, corromper toda essa formidanda organização social em que está o futuro da humanidade. Por isso, estas agremiações devem precaver-se contra e impedir toda e qualquer ingerência estranha ao **elemento profissional** que as constitui: onde não há interesses iguais não há estímulos iguais e os procedimentos dos indivíduos determinados por êsses motivos, não podem ser senão forçosamente dispersos, ou, pelo menos, arrastados e lassos.»

«Assim, por exemplo, os profissionais doutras funções sociais, que não sejam económicas devem ser cautelosa e

preventivamente conservados a distância desde que não se declarem abertamente possuidores do ideal social sindicalista e mesmo que o declarem não devem ser aceitos nos agregados sociais profissionais que só respeitam fins económicos.» Esses profissionais, porém, se são sinceros podem e, até, devem agrupar-se *igualmente* não só para melhoria objectiva da sua profissão, mas também para melhoria geral da colectividade e nestas condições, quando honestamente orientados, podem, *dentro da sua respectiva profissão prestar auxílio, contribuir igualmente com os seus esforços*, para a realização da Idea, e organização social sindicalista. Todos os agregados profissionais devem estar *sempre* ao mesmo nível e, portanto, não devem admitir-se que certas profissões se arvorem em conselheiros, em chefes, em mandões das outras profissões.

Demais, a classe operária sabe de sobejo, pela experiência das traições, pelos ludíbrios de que tem sido vítima o que vale e para que serve a inclusão nas suas organizações de certos elementos menos compenetrados dos seus ideais... Este perigo, porém, tenderá a desaparecer desde que a educação integral social por um lado, e a organização social sindicalista por outro, sejam um facto, porquanto a diferença entre operários e intelectuais deverá cada vez mais apagar-se para dar lugar à palavra unificadora de «trabalhadores»: operários intelectuais e intelectuais-operários.

Dêste modo e à cautela, por emquanto e salvo raras excepções, «o operário deve contar só consigo, solidarizar-se com os seus camaradas, com os seus companheiros da desgraça, os quais são os *únicos* que podem sentir verdadeiramente a dôr, a miséria, a injustiça de que todos são vítimas. Para se avaliar o que é a fome, é necessário

tê-la sofrido, para se saber o que é a injustiça patronal e estatual é preciso ter sentido as suas vergastadas, como nós as sentimos» Tudo o mais é puro *snobismo*, *literatice* ou simples especulação para fins inconfessáveis.

«E' pelo operário ligado ao operário, o trabalhador ao trabalhador, discutindo na sua associação, estudando as condições económicas da respectiva indústria e congéneres e exercitando-se na luta pelos seus interesses materiais e ideais, pela dignidade da sua pessoa, pela sua emancipação, — que se criará em cada um, um sêr eminente e conscientemente solidário, não só com os seus companheiros da mesma oficina ou do mesmo officio, mas também com os das outras indústrias, e que criará em todo o operariado o espírito de classe e a necessidade de harmonizar as acções com os ideais, os actos com as palavras, a coerência da acção com o Ideal, a Idea. E' preciso que a ideologia não perca nunca a sua pureza e que em cada indivíduo se mantenha ou se crie um *ideal operario*, de trabalhador e não uma simples aspiração estupidamente dissolvente como é o ideal religioso paradisíaco do ocioso, do parasita burguês. Nesta luta é indispensável que o trabalhador se mantenha *sempre* trabalhador e não queira tornar-se um burguês

A luta de classes é cada vez mais acirrada. A burguesia desmoralizada, prostituída pelo baixo e mórbido sensualismo duma vida de goso imundo, só cura viciosamente gosar ainda mais, sofra quem sofrer, à custa de todas as vilezas, de torpes e repugnantes crimes.

Minada pela sífilis jesuítica, ela adoptou o seu lema: todos os meios servem desde que consiga os fins.

De olhos esgazeados, com os grossos beiços sensuais contraídos num rítus de terror, alcoolizada pelo uso e abuso

da embriaguês do poder, sentindo já invadí-la a podridão, ela, a burguesia, agarra-se desvairadamente aos seus tam-bém já velhos esteios, o militarismo e o clericalismo, a violência e a estupidez, — a tudo que é reacção, a fim de ver se consegue prolongar a sua existência gafada.

Quanto mais se aproxima da agonia final, tanto mais ela perde a tramontana e na sua estúpida demência não vê, não repara que já não tem cura e que é ela, pela sua insensatez, pela falta de senso justiceiro, e visão da verdade, que cava cada vez mais fundo a sua sepultura.

Embrutecida e imprevidente não se apercebe do que se passa em volta dela: não só não devisa o futuro por muito próximo que êle esteja, mas também não compreende o presente na sua transformação social.

Por isso, é incapaz de se emendar, de se corrigir, e teima e reteima nos seus êrros, em chafurdar gulosamente, como porco em pocilga, na lama dos seus escândalos, das suas imoralidades. Não cede, não recua, não contemporriza; torna-se cada vez mais viciosa na sua ganância, na sua exploração dos seus privilégios, dos seus monopólios, na sua existência de execração.

O delírio furioso autoritário, tirânico, despótico, a fanfarronada militarista, o embrutecimento religioso recrudescem reaccionariamente nela, na burguesia, para manter por mais algum tempo contra as leis naturais da Sociologia, essa sua vida artificial, mentirosa, enganadora.

A burguesia, duma boçal imprevidência, e fazendo uma nova aplicação da doutrina malthusiana, arrastou, à força, e por meio da sua maquiavélica diplomacia e da sua nefasta e venal imprensa, os povos para essa medonha carnificina que se chama a Grande Guerra.

E na sua cegueira intelectual, no seu grosseiro em-

pirismo não se lembrou da profecia dos sociólogos tantas vezes repetida: «que no final duma conflagração europeia estava a Revolução Social!»

Ao aperceber-se do êrro, fingiu emendar se, a incorrigível! Fez a monstruosa paz de Versailles, e êsse estratagemas duma paz prematura e mentirosa só serviu para prolongar o estado militarista, a agonia do estado burguês.

Mas, a reincidente não presentiu, nem sequer, teve a intuição da verdade, ei-la, cada vez pior numa ânsia de maiores atrocidades, de maiores chacinas, e lança-se nessa nova espécie de guerra de extermínio, nessa repelente luta do encarecimento das subsistências, nessa ganância desenfreada, louca, de formidáveis lucros, de execrandos lucros feitos à custa da fome, da miséria da classe explorada, à custa do futuro, do empobrecimento fisiológico das gerações futuras nascidas da geração do presente, arruinadas, esfo-meadas, enfraquecidas pela miséria.

Ei-la, na sua demência, a empregar todos os meios, não recuando diante das piores armas, dos mais gafados estratagemas, das mais vis e covardes táticas, a fazer conluios secretos internacionais, a criar e a organizar uma maçonaria patronal. E à ingenuidade e à lialdade do procedimento das classes trabalhadoras, ela responde com uma conduta caracterizada por uma requintadada má fé, por uma pérfida deslialdade.

Imprevidente e embrutecida, ela não vê que quanto mais persistir nesse caminho, tanto mais se aproxima da sua morte e não vê que quanto pior melhor...

Imprevidente e embrutecida não se apercebe que a previsão dos sociólogos se realizou *já* e que estamos em plena Revolução Social!

Sim! a luta que se trava por êsses países fóra entre

as classes, não é outra coisa, pela sua intensidade e grandeza, senão a Revolução Social!

A prova está nesse pacto burguês, realizado, no mundo ocioso do capitalismo, contra todos os trabalhadores, na ilusão de deter ou de esmagar essa Revolução que a inconsciência burguesa dia-a-dia, hora-a-hora alimenta.

Sim! estamos em plena Revolução Social e os campos estão nitidamente demarcados: dum lado tôdas as fôrças da reacção, todos os conservadores da injustiça, da mentira social, do outro, todas as autênticas fôrças vivas, os amigos da vida, da Beleza, da Verdade, da Justiça livre e libertária, todos os trabalhadores!

A esta coligação das instituições burguesas, cumpre à classe trabalhadora de todos os lugares responder com a sua coligação sindicalista de luta de classes e de solidariedade social internacional — provando se assim mais uma vez que a **organização social sindicalista** é não só, uma necessidade passageira de luta, mas também uma forma *históricamente* inevitável do movimento mundial do proletariado industrial.

A burguesia, à semelhança do agonizante que tem consciência da sua morte próxima e se deixa possuir pelo horror ao mistério da morte, ela também está possuída desse horror. Sentindo a próxima morte, um delírio paranoico se apossou dela. Aterrada por um remorso que lhe faz prepassar pelo corpo tremuras geladas, vendo a série dos seus crimes acumulados, ela perde a cabeça, o sangue-frio e insensatamente, ela, lança mão dos últimos recursos que a sua obcecação julga ser a tábua em que se pode salvar, ou, pelo menos, prolongar a sua agonia.

O Futuro incarnado na nossa organização é a Verdade vingadora e a burguesia foge desgrenhada, espavorida, de

olhos injectados de sangue, de mãos no ar, pedindo como uma possessa estérica a nossa morte, o nosso extermínio!

A essa loucura respondemos nós com a nossa calma, a essa demência, incapaz de ver a realidade, contrapomos a nossa inteligência sã que vê o Futuro tal como éle é, conforme a sciência social faz prever, contrapomos a segurança no Futuro que ha de ser nosso, que ha de ser de toda a humanidade

Em 1789, em França, desencadeou-se uma Revolução Social. Mas a reacção externa dos outros estados coligados e chefiados pela católica e militarista Austria, e a reacção interna, á míngua duma organização social que não fôsse mèramente política, sofismaram-na, desviaram-na, neutralizaram-lhe o seu *character social* e ela transformou-se, apenas, num movimento político, donde nasceram e irradiaram pelo mundo essas mentiras políticas, chamadas monarquias constitucionais e democracias republicanas.

Agora a actual Revolução Social, iniciada na Rússia, tem também contra ela uma reacção externa constituída por todos os estados burgueses coligados pela católica e militarista França. Em 1789 era a defesa das famílias dos reis contra os povos; hoje é a defesa das famílias dos reis .. da finança e do cápital contra os mesmos povos.

Esta reacção actual e a falta, na Rússia, dum plano de organização social que se impusesse debaixo para cima e não de cima para baixo, faz recear que venham a sofismar a actual Revolução, transformando-a num movimento mèramente político e do qual nasça alguma nova mentira — uma nova mentira vermelha, uma mentira que à semelhança do Estado burguês criado em 1789, pelo 3.º estado, forme um Estado operário, criado pelo 4.º estado, e que, apenas, transigindo aparentemente com a Revolução,

sirva, no fundo, para a amortecer e enganar e ficar essencialmente tudo na mesma...

Não é com órgãos políticos — chamem-se êles como se chamarem — que têm apenas uma acção autoritária e, por conseguinte, *de fora para dentro*, que se ha de fazer a Revolução Social. É com os órgãos *naturais* que constituem a própria *natural* engrenagem social, com os órgãos que constituem, que são os alicerces da própria sociedade, que actuam *de dentro para fora* e debaixo para cima que a Revolução Social se realizará, se generalizará, contra tôdas as ligações e coligações reaccionárias, porquanto, então, a sua acção é de harmonia com as leis naturais que presidem à criação, organização e desenvolvimento das sociedades e que a Sociologia formula. Êsses órgãos são os *Sindicatos* profissionais, (de indústria ou de officio), federados e confederados, e que por si só bastam para transformar a sociedade, não só politicamente, o que seria quasi inofensivo, mas também económica, familiar artística ou sentimental, científica ou intellectual, moral e juridicamente.

Para não cairmos numa qualquer nova mentira política é indispensável ao **Sindicalismo** não se deixar subordinar ou deslumbrar pela acção política, desprezando ou diminuindo a acção social

Se assim fôr, a Revolução Social iniciada na Rússia, fortificar-se há, tomará definitivamente uma feição sindicalista libertária e será, então, realmente uma Revolução Social e não uma mentira vermelha.

O presidente do conselho supremo da Ecónomia popular da Rússia, Rykoff, disse a um redactor do «*Manchester Guardian*»: — «Os sovietes que tiveram a sua utilidade durante os períodos de transição como instrumentos

de luta e de órgãos de ditadura, *serão absorvidos pelos sindicatos.*».

E tendo-lhe sido observado, «se o soviete, de *base política* é absorvido pelo sindicato, as questões políticas desaparecerão perante as questões económicas» completou o seu pensamento, acrescentando: — «Certamente, e veremos desaparecer todos os partidos políticos, até, mesmo o partido comunista *Nós assistimos, aliás, a este fenómeno.*»

Portanto, se o **Sindicalismo** se colocar no seu lugar, a Revolução Social irá para a esquerda e prosseguirá a sua obra libertária; se não cumprir o seu dever, a Revolução irá para a direita, falirá, e será mais um novo sofisma político, como o estado burguês.

Tal é, pois, a tremenda responsabilidade que pesa sobre o **Sindicalismo**.

V

Organização sindicalista

Plano da Organização — Os conselhos das fábricas

Expostos os princípios ideológicos e justificativos do **Sindicalismo**, quer como organização social quer como organização de luta de classes resta-nos apresentar um esboço quasi esquemático e concreto dessa organização e dos meios que urge empregar para a realizar.

Na tese já citada, de 1909, sobre a organização sindical, escreviamos o seguinte:

«Efectivamente, olhando nós para o mundo operário e

para o seu inimigo, o capitalismo, vêmos, primeiro que tudo, os operários reunidos em oficinas, explorados directamente por certo e determinado patrão, quer individual, quer colectivo.»

«A sua situação em face do industrial, leva-os a unir fileiras na defeza do seu pão, da sua vida e da dos seus, contra a exploração de que são vítimas. Surge, portanto, a necessidade duma acção comum por parte dos operários, cujos interesses materiais iguais, se encontram em perigo. Desta luta pelos interesses materiais comuns e *corporativos* idênticos, nasce natural e expontaneamente, *a primeira e mais rudimentar das organizações operárias, a que é o alicerce de todas as outras e sem a qual não podem existir, de facto — a que tem, por sua vez por base a própria oficina ou a própria fábrica, onde o operário trabalha e gasta a sua actividade».*

Como se vê claramente pela transcrição, a orientação sindicalista portuguesa já previa em 1909, e preconizava a necessidade duma organização social sindicalista em que as oficinas e as fábricas figuravam já como órgãos sindicais fundamentais.

Portanto, o que só *agora*, depois da guerra, começou a *ver-se* nos outros países, sob o nome de *conselhos de oficina* e de *fábrica*, — já estava *aprovado* entre nós pelo I Congresso de Organização Sindical.

Não temos, pois, de os apresentar como uma inovação, nem tampouco justificar superfluamente a sua necessidade e propôr a sua inclusão na engrenagem sindicalista, visto que êsses órgãos, posto que sem desenvolvimento, já fazem parte, entre nós, da organização social sindicalista desde 1909.

Os *conselhos de oficina e de fábrica*, ou só de fábrica, quando esta não comporta oficinas, e que alguns filiam a

origem nas «comissões de distribuição» inglesas, outros nos soviets russos da recente revolução após a ditadura bolchevique. para cumprirem a sua missão, carecem de estar completamente integrados na ideologia sindicalista, na orientação do comunismo económico, do comunismo livre.

Só assim êles podem furtar-se ao perigo de serem apenas uma rodagem da organização patronal, da *disciplina* interior da fábrica, neutralizando, castrando as energias dos trabalhadores na luta que se trava entre a autoridade patronal e o salaríado, e formando assim mais um órgão « amarelo » serventúrio da exploração capitalista como sucede, por exemplo, no Luxemburgo. Só assim êles podem fugir ao risco que correm de se converterem num simples órgão político autoritário, explorado em proveito exclusivo dos politicantes, e, portanto, contrário à essência da filosofia sindicalista e constituindo um elemento dissolvente e de enfraquecimento da organização social sindicalista.

Só assim êles corresponderão à sua função própria, natural, nascida das leis e dos fenómenos sociais.

Os **conselhos de oficina e de fábrica** devem ser órgãos de emancipação e não de submissão. É portanto, a representação *directa* dos **trabalhadores sindicados**, a **acção directa**. a **fiscalização** do trabalho, no próprio local sôbre o capital.

A fiscalização sindical dos trabalhadores é uma das mais importantes e necessárias tarefas do **Sindicalismo** e o órgão mais eficaz de executá-la é sem dúvida o **conselho de fábrica** ou o **conselho de oficina**.

Os **conselhos de oficina e de fábrica**, dos produtores «que se fundam nas próprias fórmulas de produção (*susceptíveis* de ceder o seu lugar a qualquer outra inovação técnico-científica) garantem com a diferenciação gradual das funções,

a verdadeira concretização das fórmulas doutrinárias das associações livres, das comunidades libertárias e das associações dos produtores.»

Estes conselhos surgem, portanto, para o operário assumir a gestão directa da produção, — a conquista da própria fábrica onde trabalha e a correlativa necessidade de se tornar capaz, no mais breve espaço possível, da execução dêsse fim.

Aceitamos, pois, como já em 1909, estes órgãos como devendo integrar-se na organização social sindicalista e, portanto, inspirados na sua filosofia anti-estatal, anti-política, isto é, extranhos a qualquer colaboração de classes, ao poder governamental e sem o character dum elemento dos partidários do comunismo político, do socialismo do Estado ou do democratismo radical

Uma das características dos **conselhos de oficinas** e de **fábricas** é que nêles não ha funções executivas; pelo número dos seus membros ha por assim dizer um permanente e regular *referendum*. E, como todos os órgãos e organismos sindicalistas, são de natureza **federalista**.

Finalmente cumpre-nos esclarecer que o termo «conselho» aplicado aos órgãos sindicais constituídos *por todos* os trabalhadores *sindicados* dum oficina ou dum fábrica é bem aplicado sòmente quando se trata da assemblea geral dos delegados das oficinas dum fábrica, mas impròpriamente aplicado quando se refere à oficina, porquanto nesta o «conselho» é a assemblea geral, a totalidade da sua população, que se encontra inscrita no respectivo sindicato profissional.

Este órgão mínimo da organização sindicalista applica-se não só à oficina, mas tambem a todos os órgãos mínimos das diversas industrias ou profissões. E assim ao lado do

«conselho de oficina» para as indústrias transformadoras propriamente ditas, ha os «conselhos de atelier»; «conselhos de minas», «conselhos de granja», «conselhos de pedreira», «conselhos de construção», «conselhos de horta», «conselhos de fazenda», «conselhos de laboratório», «conselhos de loja», «conselhos de escritório», «conselhos de armazem», «conselhos de estaleiro», «conselhos de estação de transportes», «conselhos de teatro», «conselhos de escola», «conselhos de junta escolar», «conselho de quadro gráfico», «conselhos de creche», «conselhos de hospício», «conselhos de hospital», etc., etc.

O Sindicato profissional

Os conselhos sindicais de fábrica, e, e ainda mais, os de oficina, carecem de fôrça perante a hostilidade sistemática da coligação patronal, auxiliada pelos poderes políticos, diplomáticos e militares. A simples oficina, ou, até, a fãbrica isolada diante do patrão forte, associado para a defeza comum com os outros patrões; seria esmagada, pulverizada.

Portanto, «por identidade de condição, por necessidade de mais fortes agregados ou por simples aspiração a maior vitalidade» os operários duma oficina, reúnem-se aos das outras oficinas da mesma fábrica e os trabalhadores duma fábrica reúnem-se a outros da mesma profissão ou ofício «que trabalham noutras oficinas ou fabricas e constituem então a primeira organização social de tão valioso auxílio e a que se chama **Sindicato profissional**.

Também por necessidades técnicas, tais como são os processos tecnológicos da laboração industrial actual, e, a menos que se não descubram novos sistemas técnicos de

trabalho, — as simples oficinas ou fábricas isoladas, não se compadecem com o estado da grande indústria nem com a tendência para a intensificação e centralização das indústrias e, portanto, para agrupar em cada localidade todos os profissionais duma indústria.

A actual técnica das indústrias, as condições técnicas mais modernas do trabalho é para eliminar a pequena oficina ou pequena fábrica e substituí-las por grandes centros industriais de produtividade complexa

Por isso, nós julgamos que, muito embora os **conselhos de oficina e de fábrica** sejam agrupamentos naturais de indivíduos exercendo o mesmo mister, êles não podem, pela sua limitadíssima e simplificada acção, assegurar por si sós a produção, circulação, e troca das utilidades, nem constituir no futuro, a unidade da organização social, em vez do sindicato. Antes, pelo contrário, somos de opinião de que, dadas as condições técnico-científicas do trabalho, a tendência será para a identificação do sindicato com o conselho de fábrica, visto que, terminado o regime da concorrência individual e de luta de classes, a concentração e intensificação da grande indústria (hoje manifestada pelos *trusts*) será facilitada e beneficiada, e pelas condições naturais e por dever de economia ser-se há levado a que em cada localidade não haja senão uma só grande fábrica ou centro de produção para cada indústria e portanto todos os profissionais duma indústria estarão agrupados na mesma fábrica, ou seja o **sindicato de indústria** igual ao **conselho da fábrica**.

Aos argumentos de ordem defensiva e de luta, aos de ordem técnica, há ainda a acrescentar a favor da doutrina de que o sindicato é a *unidade* da organização social sindicalista, que os sindicatos, além de serem uma neces-

sidade para contrabalançar a tendência para o particularismo das oficinas. são também organismos produtores com a necessária complexidade para criar utilidades completas e as oficinas são, em regra, órgãos produtores de fragmentos ou peças de utilidades, e não correspondem por si sós socialmente às necessidades humanas.

Julgamos, pois, o **Sindicato profissional**, como a *unidade* dentro do sistema da organização social sindicalista e os **conselhos de oficina e de fábrica** submúltiplos indispensáveis dessa *unidade*.

O **Sindicato** é, portanto, um organismo destinado, pela sua própria essência, a defender os *interesses materiais e corporativos* dos seus associados e a assumir na evolução da humanidade, conforme a previsão sociológica, a função de órgão produtor.

O **Sindicato** é a *unidade*, a base de toda a organização operária, base natural, espontânea, derivada das circunstâncias da vida trabalhadora em face do patrão ou patrões.

«A' união dos patrões ligados pelo interesse comum de extrair todo o lucro possível da máquina humana e com a mesma qualidade de interesses, os trabalhadores dêsses patrões opõem-lhes a resistência dum só desejo, duma só vontade, duma só opinião duma só entidade, que é a multiplicação de todas as energias conscientes conjugadas sob o mesmo estímulo dum ideal identicamente sentido e pensado e de *interesses* identicamente determinados.»

Os sindicatos de indústria

Ao lado dos **Sindicatos** de ofício ou reunindo concentrando sindicalmente ofícios similares ou correlativos, têm-se criado **Sindicatos de indústria**, isto é, sindicatos que

agrupam no seu seio todos os officios que concorrem para *uma indústria*.

Entre nós esta espécie de sindicatos têm tido o nome de **sindicatos únicos**, como, por exemplo, Sindicato único da classe metalúrgica de Lisboa.

Esta espécie de sindicatos, que nascem por um lado da necessidade de uma melhor adaptação à luta contra o patronato, é por outro da complexidade de trabalho que concorrem para a produção total duma determinada utilidade. estão de harmonia com as circunstâncias actuais de algumas indústrias, e, presumivelmente, será êste o tipo a adoptar de preferênciam, visto que está de acôrdo com o principio de luta do **Sindicalismo**, de os trabalhadores se associarem corporativamente em quadros industriais talqualmente como trabalham.

A base dêstes sindicatos é, pois, o produto, a utilidade criada, e não o critério da matéria prima que empregam.

A seguir êste critério — não sindicalista da matéria prima, fragmentar-se hiam tôdas as indústrias, tôdas as fábricas, porquanto raríssima é a indústria que empregue uma só matéria prima. O critério da matéria prima e não o da utilidade produzida, levaria a reduzir tôda a organização sindical a tres sindicatos. um em que predominassem como matéria prima produtos do reino mineral, outro em que a matéria prima viesse do reino vegetal, e outro, cuja matéria prima seria de origem animal. Um tecelão ficaria pertencendo ao segundo sindicato se empregasse no seu trabalho, o linho o algodão; pertenceria ao terceiro sindicato se tecesse lã ou seda!

Semelhante critério não tem base lógica e sociológica e só serviria para enfraquecer pela separação e isolamento de trabalhadores que labutam juntos, a organização, e,

até, para fazer desaparecer organismos fortes à custa duma muito hipotética força dum organismo criado artificialmente e, portanto, artificialmente mantido.

Portanto julgamos, de harmonia com as bases naturais da organização sindicalista, filhas das diversas categorias das necessidades humanas, que só podem constituir-se duas categorias de sindicatos: os de officio, para as indústrias simples, e os de indústria, para as complexas; devendo adoptar-se um ao outro modelo, conforme as circunstâncias naturais, de defesa e combate, e as técnicas e condições sociais melhor aconselharem.

Julgamos também desnecessário e até prejudicial pelos equívocos que causa, o emprêgo do termo «único» ligado à expressão «sindicato de indústria». Parece-nos preferível que se adopte simplesmente a locução «Sindicato de indústria de . . .» Exemplo: «Sindicato de indústria da construção civil», «Sindicato de indústria das Conservas», «Sindicato de trabalhadores do Município de Lisboa», «Sindicato de indústria do Arsenal do Exército», «Sindicato de indústria do Arsenal da Marinha», «Sindicato de indústria do Gás e Electricidade (iluminação), etc. etc.

Seguindo ainda logicamente os princípios sindicalistas, perfilhamos a opinião de ser de grande utilidade a criação, pelos sindicatos de indústria, de secções, por bairros, a fim de descentralizar a acção e de agrupar mais intensamente todos os indivíduos da respectiva indústria que trabalham nessa área.

Devemos ainda acrescentar que os sindicatos não são, às vezes, uma genuína representação de certa profissão ou indústria; nalgumas localidades não há muitas vezes, senão uma simples oficina rudimentar, ou alguma fábrica insignificante de determinada profissão; neste caso êsses

trabalhadores formando uma secção, ligam-se à associação existente na localidade, cuja profissão mais lhe seja a fim, ou constituem com outros trabalhadores um sindicato especial. Esta espécie de sindicatos, de natureza transitória, chamam-se **Sindicatos mixtos**.

As Federações

«Mas os interesses duma profissão ou indústria, corporativos, técnicos e sociais, em face dum patrão ou de patrões da mesma indústria no mesmo local, região ou país, podem e têm naturalmente, — salvo particularidades mesológicas secundárias, de ser os mesmos para todos os trabalhadores da mesma indústria, embora vivendo noutra localidade ou região. Esses *interesses comuns, profissionais* devem forçosa e naturalmente unir os profissionais do mesmo ofício ou indústrias; devem determinar-lhes um entendimento na defeza, uma acção comum na conquista do seu bem-estar e da melhoria da sua condição material, — do mesmo modo que os patrões duma mesma indústria, embora de localidades diferentes se mancomunam, formando monopólios e *trusts* e ordenando aos seus serventuários do parlamento ou do govêrno, que lhes dêem as pautas de que precisam, ou as leis e a força de que carecem para maiores lucros e mais exploração, tanto contra o produtor como contra o consumidor.»

Em face dos especuladores-empresários duma especialidade industrial, agrupados, — os trabalhadores, seus empregados, «são obrigados a unirem-se igualmente, opondo-lhes um organismo especial correspondente — **Federações de sindicatos**, isto é, tôdas as associações da mesma indústria dispersas pelas diversas localidades dum país, movidas

pelos mesmos interesses profissionais, unem *corpos* no ataque contra o inimigo comum, constituindo «federações» e preparando-se para dar o salto final, tomar conta de toda a produção duma indústria numa maior ou menor região.

As **federações de sindicatos profissionais** podem ser uma só para cada indústria, abrangendo *todos* os sindicatos da respectiva indústria dum país, ou podem, em virtude da importância de determinada indústria ou da extensão do país, constituir-se em **federações regionais**, como, por exemplo. «Federação do Norte», «Federação do Sul», «Federação do Centro», etc

A essência, o principal objectivo d'este grau da organização social sindicalista, é no momento actual de luta, de luta travada no campo corporativo, mas no futuro o seu papel, a sua função será de coordenação económica entre os diversos sindicatos da mesma indústria.

As Uniões sindicais

Ligadas pelas condições da vida moderna, filha dos factores geográficos e étnicos conjugados com os progressos da técnica e da educação social, encontramos reunidas em centros de população e de área diversas, — as diferentes indústrias e profissões, numa prestação mútua de serviços, formando assim comunas, municípios, cantões.

A estes organismos naturais, nascidos das complexas e múltiplas necessidades humanas, deve corresponder um organismo também natural do trabalho, que agrupe justamente, numa perfeita identificação, todos os trabalhadores, por meio da federação de todos os sindicatos de officio ou de indústria, independentemente das especialidades ou categorias, e constituindo a **união dos sindicatos**.

Esta espécie de organismos são essencialmente de educação e de solidariedade e coordenam as actividades de todos os sindicatos locais no sentido de melhorar o bem-estar geral da população da área que abrange

Cabe lhes também organizar a repartição e consumo das utilidades entre os sindicatos, regulando a sua distribuição de harmonia com as necessidades da comunidade.

Têm igualmente, por fim criar uma ambiência favorável à luta de classes pela acção em comum, pela conjugação de esforços, pelo auxílio material e moral, indo até a confundirem-se no mesmo movimento, na mesma grande aspiração, numa combinação de actos idênticos e solidários em demanda do Ideal, da Idea.

A Confederação Geral do Trabalho

— A Internacional

Tanto os agregados do primeiro grau, — sindicatos de officio, de indústria e mixtos, — como os de segundo grau, — federacões de sindicatos profissionais e uniões de sindicatos, carecem dum órgão que coordene e harmonize tôdas as suas funções e energias no sentido do bem geral, do Ideal comum.

Dêste modo, todos os órgãos e organismos determinam a constituição dum novo organismo mais complexo mais geral mais vasto, mais poderoso que abrange todos êsses órgãos e organismos *toda a classe trabalhadora* dum país — é a Confederação Geral do Trabalho.

É o superorganismo essencial de *classe*, de luta, e para a luta da classe trabalhadora contra a classe patronal, contra toda a burguesia, numa palavra contra o Estado!

A Confederação Geral do Trabalho é o organismo de natu-

reza libertaria que a previsão sociológica indica como devendo substituir o Estado, por defluição, autoritário e imoral

Desta organização surge um derradeiro superorganismo que se identifica com a própria humanidade e que é constituído pela associação de tôdas as Confederações Gerais do Trabalho espalhadas pelo mundo. É ela a associação internacional dos trabalhadores; é ela a Internacional Sindicalista dos Trabalhadores.

Resumo - Cautelas

A Organização Social Sindicalista compõe-se, pois, dum sistema completo de órgãos e aparelhos de órgãos: a unidade é o Sindicato: os submúltiplos, os conselhos de oficinas e de fábrica e as secções dos sindicatos de indústria; os múltiplos, as federações sindicais de industria e as uniões de sindicatos, a Confederação Geral do Trabalho e a Internacional Sindicalista dos T abalhadores.

Uns destes organismos respeitam mais à área outros ao officio, profissão ou indústria independentemente do lugar.

Pelo gráfico que acompanha esta brochura se fará uma idea de conjunto, mais perfeita.

*

Com o fim de prevenir a concentração e, portanto, quaisquer pruridos de tirania, quaisquer imposições pessoais, julgamos condição essencial que as resoluções importantes que implicam atitudes de responsabilidade sejam sempre tomadas sob a base do *referendum* entre os interessados.

A fim de evitar confusões e equívocos que obscurecem as visões das coisas e lançam a perturbação nos cérebros, parece-nos indispensável que os corpos executivos dos resultados dos *referenda* realizados nos diversos órgãos e organismos, sejam tanto quanto possível iguais, quer relativamente à sua composição e número de membros, quer em relação aos nomes adoptados.

E' preciso também evitar que se crie dentro do **Sindicalismo** qualquer espécie de burocratismo sempre embrutecedor e contrário ao livre progresso das instituições:

Hamon diz-nos: «Os funcionários do **Sindicalismo** burocratizam-se, deixam de ser operários e a pouco e pouco vivem em meios diferentes do meio das fábricas e das oficinas. Deixam de participar da vida operária e, por conseguinte, de lhes perceber e conhecer as necessidades»

Portanto os corpos executivos devem ser compostos *exclusivamente* e quanto possível, de indivíduos que exerçam activamente a respectiva profissão e não de indivíduos estranhos ou que já deixaram de ser, de facto, trabalhadores.

VI

Meios de acção

Criada e preconizada esta Ideologia, como a devemos realizar? Quais os meios que devemos empregar?

Como realizar este Ideal? Como pôr em prática a Ideia assim concretizada?

Como já dissemos, a sciência sociológica indica-nos nas suas previsões, baseadas na linha evolutiva do progresso e da perfectibilidade humanas, e como condição *sine*

qua non — fundamento das demais transformações sociais: a socialização do solo, das matérias primas, dos instrumentos e dos produtos do trabalho — a produção deve ser organizada e realizada **directamente** pelos trabalhadores associados pelas suas especialidades técnicas e federados pelas suas indústrias, etc

Evidentemente não se passa do estádio actual para a organização social sindicalista preconizada pela Sociologia, por meio dum decreto ou por meio dum *tour de main*.

Ainda que tenhamos do nosso lado as leis da Natureza, ainda que tenhamos como alicerces a Sciência, ainda que a Verdade demonstrada scientificamente nos anime a caminhar na senda por onde enveredamos e ao fim da qual nos diz estar o nosso Ideal, muito há que fazer, muito há que destruir!

As conveniências dos que se sentem bem nas suas posições sociais, as ficções dogmáticas, os sentimentalismos mórbidos, a fôrça da inércia, a ignorância, a mentira, o êrro. o neofobismo, — são poderosas barreiras que não se destroem de repente, que carecem dum activo e constante ataque demolidor.

E tôda a cautela é pouca: tôda a prudência e circunscrição são necessárias para evitar um excesso, um exagêro que pode ter como conseqüências a perda do caminho já percorrido. um retrocesso que exigirá a repetição de novos esforços ou o malôgro ainda que temporário, de qualquer acção já começada com feliz expectativa de êxito.

Um passo mal dado, menos firme; uma leviandade pode traduzir se num desastre mais ou menos momentâneo, mais ou menos profundo para a Idea Há, pois, tôda a necessidade de se ver primeiro o que vai fazer-se e ter o máximo cuidado em pizar o solo firme duma acção pon-

derada, eficaz e fecunda. A estrada a seguir, a senda a trilhar deve, porém, aparecer limpidamente à vista do observador, do caminheiro, sem linhas quebradas, sinuosas e tortuosas, sem meandros, sem perdas de passos e de tempo; e onde o reconfortante e largo horizonte da Idea se divise, alfim, brilhantemente, sem nebulosidades nem confusões!

Sinceramente, nitidamente, escancaradamente apresentada á clarividência dos cérebros bem intencionados, à affectuosidade dos sentimentos bem e belamente gerados, ela, a Idea, não deve oferecer dúvidas, hesitações, nem envolver-se em estratégias, estratagemas, diplomacias, táticas e expedientes escuros. Tudo nela, na nossa Idea, nos seus meios e fins, **na sua acção**, deve ser claridade e transudar probidade, rectidão, honestidade, lialdade. Caminho recto, à luz bela do Sol, sem subterfúgios, sem sofismas, sem táticas velhacas, sem rótulos enganadores ou que nada significam e nada valem, patente desassombradamente a tôda a gente, para que tôda a gente veja e observe *por dentro o que vê por fora*, — tal deve ser a característica da **nostra acção** para facilitar e alcançar o advento da Idea e a destruição de todos os elementos que tentam embaraçá-la, estorvá-la na sua marcha para a frente e no seu derramamento, e que, até, ridiculamente, quixotescamente, pretendem destruí-la.

A **acção** a favor da organização social futura, pode e deve dividir-se em tantas quantos são os factores que a devem criar e contribuir para a sua nova realização.

Há a **acção educadora**, a **acção moral**, a **acção social**; há a **acção** do derramamento dos conhecimentos scientificos, da semente frutificadora das verdades scientificas, da sementeira germinadora da consciência da própria perso-

nalidade, quer sob o aspecto meramente fisico e fisiológico, quer sob o aspecto psíquico e social; há a acção, que pelo exercício integral das actividades fisiológicas, estéticas, intellectuais e sociais, faz criar em cada individuo um valor social, capaz de transformar as inergias da natureza em inergias sociais, e de sentir a necessidade dessa transformação, num grau de intensidade tanto ou mais elevado como sente a necessidade animal da nutrição!

A par desta acção criadora de consciências e de valores sociais, há a acção criadora de instituições que contemham na sua própria essência o germe da organização da sociedade futura, que criem uma ambiência favorável e, até, estimuladora do desenvolvimento dessa organização e que substituam *integralmente* a organização caduca da sociedade presente.

Ao lado desta acção é condição indispensável, exercer uma acção de critica, de destruição de todos os elementos prejudiciais, impeditivos, antagonicos, incompatíveis com a existência, realização e vitória da Idea, e esta acção faz-se simultânea e concomitantemente pela educação e evolução, destruindo preconceitos e dogmas, e pela revolução, destruindo práticas, costumes e instituições, ou *enfraquecendo* sucessivamente todas as condições artificiais e violentas em que e por que vive a sociedade actual.

Há, pois, dois grupos de acções: um positivo, educador dos individuos, construtor da organização social; outro negativo, destruidor, substituindo parcelar e bruscamente as antigas por novas instituições.

Todas estas acções podem ser exercidas por processos directos ou indirectos; todas elas, porém, para serem fecundas e eficazes carecem de ser baseadas, não em palavras ou simples afirmações, mas em factos, isto é, à acção deve

corresponder a acção, ao facto. deve corresponder o facto, o exemplo, o modêlo. Todo aquele que abraça o nosso Ideal deve ser pelo seu exemplo, modêlo vivo duma acção coe-re-n-te, que seja o digno espelho desse Ideal. A maior e mais profunda acção que pode exercer-se a favor da Idea, esta em dignificá-la, dignificando nos!

São indirectos, quando visam uma obra de preparação, um trabalho de sementeira, uma propaganda dos princípios fundamentais da Idea. Devem ser empregados ininterruptamente e dirigem-se mais ao bem da espécie do que ao indivíduo, ao futuro do que ao presente. Apelam sobretudo para a inteligência dos indivíduos e têm por fim criar um estado de consciência tal que a acção corresponda *sempre* coerentemente ao pensamento, à idea, que a acção seja sempre a completa execução do pensamento.

São directos quando têm em vista a obra de substituição prática e *imediate* ou tão imediatamente quanto possível das antigas instituições pelas novas instituições

E' o emprêgo de processos e meios que vão sucessivamente eliminando ou enfraquecendo o caduco e carcomido arcaboço da sociedade burguesa e fortalecendo e fixando o esqueleto forte da sociedade futura. Estes processos visam mais os indivíduos, têm character mais acentuadamente oportunista e actuam conforme os momentos, as circunstâncias, as hipóteses, as *resistencias*, os complexos casos da casuística social e para êles se deve apelar nas ocasiões de luta, de perigo

A conferência, o artigo de revista ou de jornal, o panfleto, a brochura, o livro, a lição magistral, o curso, a escola, a associação são outros tantos processos de propaganda, de luta, e ao mesmo tempo de educação das gerações pela criação da sua consciência e ideal sociais

O sindicato, a união, federação e confederação dos sindicatos, a greve parcial e geral com todos os seus valiosos meios inherentes e conseqüentes de agir e actuar, ou a diluição do trabalho, ou seja a diminuição voluntária da produção de cada operário e desperdício das matérias primas em caso de greve frustrada, etc., etc., são poderosos instrumentos que tendem a eliminar e a substituir as instituições existentes.

Ação directa

O **Sindicalismo** que é, como vimos, uma **organização social** que se basta a si própria, é também um **meio directo** de preparar pela ambiência gerações sucessivas de indivíduos cada vez mais exercitados na prática da solidariedade humana, cada vez com mais discernimento dos respectivos direitos e deveres sociais, cada vez com a sua consciência social mais esclarecida. A **organização social sindicalista** é uma ambiência de **acção directa** essencialmente pedagógica, capaz, pelo jôgo natural dos seus órgãos e organismos, de criar e desenvolver sem coacção externa. em cada indivíduo uma sciência e consciência sociais, um condicionalismo psíquico assás fortes para realizar um ideal social progressiva e constantemente cada vez mais libertário.

*

Ainda sob outro aspecto podemos e devemos empregar as palavras **acção directa** que é condição essencial da filosofia sindicalista. Sendo o sindicato, o instrumento pelo qual se devem substituir *directamente* as instituições contrárias à Idea, logicamente se impõe que *todos os meios e processos* de destruição e substituição «sejam empregados

directamente pelos interessados, sem ser por interpostas pessoas, fora de todo o auxílio estranho à classe ou à profissão. sem se pensar, sequer, em pedir socorro ou os bons ofícios de qualquer entidade ou autoridade que faça parte dêsse todo chamado Estado ou da classe de que êste é o representante.

E para que o **Sindicalismo** como *meio* atinja o seu *fim*, para que como *meio* esteja de harmonia com a missão que vimos estar-lhe consignada pela previsão sociológica, êle não deve confundir-se com meros agrupamentos de indivíduos, independentes das suas respectivas profissões.

A organização social sindicalista é radicalmente diferente da vida e *meios de vida*, do funcionamento e respectiva engrenagem da actual organização social, ela é, portanto, incompatível com o emprêgo e uso dêsses *meios de acção* que constituem justamente a essência dessa mesma organização. Porisso o **Sindicalismo** repele justamente com a propriedade individual, com todas as formas e aspectos do regime capitalista, com todos os privilégios, com tôdas as hierarquias e dogmatismos, o uso e emprêgo dos meios de acção burguesa e capitalista. E', pois, anti-religioso, anti-militarista, anti-parlamentar, anti estatual porquanto êstes elementos profundamente imorais, são a causa da miséria e do sofrimento humano, são os principais estorvos que impedem a livre expansão da Idea, da vida vivida bela, justa e libertariamente.

Politique e política

Mas pelo facto de termos diante de nós o belo e verdadeiro quadro da Idea, da sociedade futura, devemos alhear-nos do que se passa em volta de nós? Pelo facto de não

sermos, nem querermos ser políticos no significado mesquinho de prosélitos dum partido, não devemos tratar dos factos cotidianos da politiquice, salientando-lhes as inconseqüências, os desmandos, a ilógica da sua existência, a estupidez dos seus processos, a grossaria dos seus expedientes torpes e imorais? Pelo facto de abominarmos as fronteiras, de considerarmos o Estado uma instituição profundamente artificial, por considerarmos o parlamento uma releição e o militarismo uma torpe violência, nós devemos *fingir* que não existem e não lhes estigmatizar todos os seus vícios, tôda a sua sem-razão de existência? Nós devemos receber-lhes os coices e fingir que não lhes sentimos as ferraduras?

Não nos parece que assim deva ser

E' necessário acabar com êste equívoco, com êsse erro. A organização social sindicalista basta-se a si própria, é integral, e, portanto, ela deve exercer a sua acção em tôdas as actividades sociais e quanto mais se tratar de assuntos referentes a instituições *fundamentais* do actual organismo social, tanto maior, mais intensa, activa e constante deve ser essa acção a fim de o abalar e destruir nos seus alicerces.

Em vez de dizer «nada de política» devemos começar a *tratar de política*, flagelando as imoralidades e patenteando a diferença entre a política empírica dos politiqueros e a política científica, considerada como uma função e correspondendo a uma necessidade social e individual de coordenação de actividades.

O **Sindicalismo** realizando por meio dos seus órgãos, sistemas e aparelhos de órgãos essa função de coordenação *faz política*, mas política científica, e é incompatível com o que se chama política partidária, a sua maior inimiga

Uma coisa é fazer política científica, outra ser comparada dum partido; uma coisa é discutir, criticar o que é o parlamento, o que lá se faz ou se diz, e outra é prestar-se incoerentemente a ser um galopim ou a figurar na comédia cínica da acção parlamentar.

Uma coisa é discutir uma lei *publicada*, apreciá-la, tirar dela todo o proveito possível, outro é pedir uma lei-sinha, um regulamento como as crianças nos pedem um bolo; uma coisa é observar, examinar e utilizar o que os nossos antagonistas fazem, outra ir solicitar-lhes humildemente os favores e graças, uma coisa é aproveitar tudo que nos pode ser útil, outra é apelar constantemente para o Estado ou seu governo e dar lhes força, justificando a sua existência com a aceitação da sua intervenção *pedida*.

Não devemos deixar de ver o que se passa em volta de nós. Devemss tomar conhecimento de **tudo**; e, como meio de defesa e de ataque, convém estar completamente sabedores das íntimas e eternas organizações das instituições que mais hostís são ao progresso e aperfeiçoamento sóciais.

A organização operária, por sentimento e por ideas, experimenta uma natural e justificadíssima repulsa pela politiquice, e, receando emporcalhar-se com o seu contacto, alheia-se por completo da vida política, e deixa os politizantes à solta.

Naturalmente preocupada com as questões económicas, abandonou as questões políticas, não cogitou delas e esqueceu-se de que elas existiam, como se constituísse uma sociedade à parte e não vivesse dentro delas, sofrendo-lhe as consequências.

Por muito tempo, o operariado, vendo as coisas com simplicidade, julgou que, tratando do problema económico, solucionava a sua causa, sem se importar com os políticos

profissionais, — que medravam como cogumelos venenosos — nem com os parlamentos, — que representavam a comédia dos delegados do povo, — e alheou se dos atos que uns e outros de comum acôrdo praticavam. Julgou que as questões sociais respeitantes às suas reivindicações económicas não tinham *também* um character político. Julgou que os fenómenos sociais são na realidade distintos e que dentro de cada um não há sempre uma acção complexa de factores económicos, familiares, estéticos, intellectuais, morais, jurídicos e políticos.

Perdeu de vista que a *questão social* não é sómente económica, ou sómente moral ou jurídica, mas também política, e que é por ser *tudo isto* que ela é afinal, uma questão *social!* E olvidou até, que o libertarismo e o anarquismo são doutrinas cujo ideal é essencialmente político, ideal duma organização social sem nenhuma espécie de autoridade.

Na justa náusea causada pela política empírica, — a desmoralizadora politiquice, ambiciosa de poder e de autoridade, — desprezou tôda a espécie de política, confundindo aquella com a política científica e *não vendo* que esta é, por definição, contrária áquela, destruidora daquela e altamente moralizadora!

E assim, quando enceta um movimento a favor duma reivindicação económica, esquece-se dos políticos, e dum momento para o outro, quando o movimento toma maior incremento, e atinge o seu estado agudo e culminante, prestes a alcançar a vitória, os *srs.* políticos aparecem, e com leis de excepção forjadas com a dócil cumplicidade do parlamento ou sem essa cumplicidade por não haver tempo de o reunir, com os sabres e as espingardas, proibem tudo e... o resto, decretam o estado de sítio, suspendem

as «garantias» — coisa que já não nos recordamos o que seja! — entram pelas associações dentro, apossam-se e esfrangalham todos os seus haveres, inventam achados de bombas, expulsam violentamente os operários das *suas casas*. levam-nos presos, em chusma, para os porões dos navios, ou para os fortes, e todo o movimento e todo o trabalho de longos anos se perde, tornando-se necessário recommençar a tarefa!

E porquê?

Porque o operariado não reparou, não contou com a existência dos politicantes, do parlamento, das «autoridades» enfeudadas e humildes serventuários dos poderosos *patrões* da industria e do comércio!

Porque o operariado, fiado na justiça da sua reivindicação e pensando que a política, a autoridade, não têm nada com os fenómenos meramente económicos com os problemas e questões económicas não atentou nesta simples condição para fazer valer os seus ideais: a *condição da liberdade*.

Evidentemente, as reivindicações económicas estão na base, formam o *subtractum* de todas as questões, mas é necessário para que elas vinguem, que o operariado tenha liberdade de acção e de pensamento.

Para tal conseguir é indispensável que o operariado conte com a resistência do monturo politiquero e com os vermes pestíferos que nele se criam e se desenvolvem.

É preciso que o operariado, bastante imunizado para não se contaminar, nem se meter dentro dos partidos e da ficção parlamentar, se não alheie ao que se passa nestas colectividades suspeitas. É exactamente por serem suspeitas é que ao operariado cumpre estar precavido contra elas, *vendo e observando* as suas manobras e façanhas, *tudo* que

se passa entre elas e ao mesmo tempo fiscalizar o que elas pretendem tecer.

A acção politica do operariado

Até aqui o operariado só tem tomado conhecimento das «coisas políticas» *depois* dos factos consumados e quando já não têm remédio. Só tem sentido os seus efeitos quando lhe são applicados por meio do colête de fôrças da lei, do «império da lei», do «prestigio da autoridade».

Ora, torna-se necessário que o operariado conheça as «coisas políticas» *antes* delas exercerem os seus efeitos perniciosos, que *preveja* em vez de *remediar*.

Sem se confundir ou envolver-se com os políticos-profissionais, nem «fazer o jogo» dêstes ou de quaisquer outros videirinhos, **sem abdicar por um momento sequer dos princípios doutrinários que são a base scientifica do seu ideal**, — ao operariado cumpre tratar de *todas as questões sociais*, estudar, por meio de *processos concretos*, todos os assuntos, discutir e ter um critério sôbre *todos* os problemas que a vida cotidiana cria, — realizando assim a intensificação da sua vida social.

Esta attitude tem por fim substituir por uma politica scientifica, e por conseguinte libertária, a politica empírica, autoritária, violenta, que é apanágio do Estado. E esta attitude tem tanto mais oportunidade, quanto mais nos sentimos ameaçados de os estados actuais, treinados no despotismo em razão da grande guerra, pretenderem tornar-se, numa crise megalomânica, em estados colectivistas, assambarcadores, concentradores e rigidamente regulamentadores de todas as manifestações da vida social.

Tal acção tem em mira dizer, *fazer ver* aos políticos

profissionais, presentes e futuros, que daqui em diante terão de contar com uma acção contrária, não só no campo das teorias, mas ainda na prática; dizer-lhes, e *fazer-lhes sentir* que os seus actos passam a ser *apreciados como merecem*.

A acção política do operariado, ao contrário da política empírica dos governos autocráticos ou democráticos, deve ter um carácter de previdência, no sentido de evitar os descalabros e os desastres económicos e os escândalos ou monstruosidades morais, jurídicas e políticas dos políticos de ofício

Deve sobrepôr-se, deve exercer-se acima e fora das facções dos partidos.

Deve ter igualmente um carácter de *fiscalização* eficaz, contínua e inflexível, para que os *srs. políticos* contem com ela, que lhes limite o impudôr e a deshonestidade, e os faça sair da sua inconsciência ou encolher as suas garras de feras.

A acção política do operariado deve tender a criar *de facto* uma maior liberdade, uma liberdade sem intermitências, sem leis de excepções, sem «razão de Estado».

A acção política do operariado tem por ideal transformar, conforme as previsões científicas, os poderes políticos em funções, cabendo essas funções a organismos despidos de autoridade.

A acção política do operariado, baseada na **organização social sindicalista**, deve procurar efectivar-se por intermédio desses agrupamentos produtores corporativos, criando assim uma política científica, de base económica, provando-se mais uma vez que os fenómenos económicos são os mais gerais de todos os fenómenos sociais.

Para evitar quaisquer equívocos ou confusionismos

convém frizar do modo perentório, sem a menor reserva, que *esta intervenção na política científica* não é *intervencionismo* no sentido que é vulgar tomar esta palavra. Igualmente esta atitude não quer significar que o operariado se constitua em *partido político*, nem transige com qualquer *oportunismo*.

Somos avéssos e contrários às práticas e doutrinas que defendem programas de «saladas de ideais» e que dão *sempre* em resultado falsificar êsses ideais, castrar os indivíduos de tôda a ideologia, e amolecer, e, não raras vezes, contrariar a acção revolucionária das massas, servindo-lhes de válvula ao espírito de revolta. . .

A confusão de indivíduos com ideais opostos ou de ideas contrárias, que se chocam, dá *sempre* o resultado do predomínio da idea ou do ideal conservador que as maiorias sempre possuem, e que o seu neofobismo exagera e avoluma. O contacto e mistura da classe operária com a classe burguesa, arrasta aquela atraz dos espertalhões intelectuais desta, mais conhecedores do mundo das intrujices, e, dentro em pouco, estes vencem e ludibriam aquela.

E' um facto que o operário que entra para certa instituição de character secreto onde se encontram indivíduos doutras classes, acaba por ser absorvidos por êles

Assim, pois, *intervencionismo* e *oportunismo* tomados como sinónimos de ingresso, de colaboração, de acomodação a certas instituições, repelimo-los em absoluto e com a nossa máxima energia.

Mas, se pela *nossa acção externa*, pudermos alcançar em proveito do nosso Ideal uma conquista *oportuna*, ainda que mínima, julgamos de boa tática não a abandonar, não a desprezar, desde que a ocasião proporciona obter alguma coisa a favor dêsse nosso ideal!

Tomar conhecimento das instituições capitalista-burguesas, estudá-las, criticá-las, tomar consciência da sua existência, da sua estrutura, do seu modo de funcionamento, das suas qualidades, das suas fraquezas e fortalezas, não quer dizer colaboração, intervenção, cumplicidade!

Extasiarmo-nos na contemplação do nosso Ideal, vê-lo só sob o seu lado abstracto e reconstrutor e perder de vista o que se passa em volta de nós, desprezando *os factos sociais* que se vão dando ou estão prestes a dar-se, é fazer obra sem consistência, e, ainda que bem intencionada, contribuir para que os *outros* vão *fazendo das suas*, à solta, com sacrifício e aniquilamento do próprio Ideal.

E já que não pôde evitar-se ou transformar-se *os factos*, ao menos, estudemo-los tais quais são, para, com as suas lições e ensinamentos, instruímos os nossos futuros procedimentos.

Sem perda dos princípios fundamentais da nossa idea, da nossa filosofia social, devemos tomar conhecimento das factos que sucedem e aproveitar lhes a parte que pode servir e não contrariar essa filosofia

Também cumpre salientar, para evitar outros equívocos ou confusionismos, que de modo algum preconizamos a doutrina de que o operariado se lance na luta política, formando *um partido político*

Na nossa opinião, no dia em que o operariado que tem estado à frente das ideas reivindicadoras, se constituisse em *partido político*, fôsse êle de que natureza fôsse, lavraria a sua sentença de morte. Suicidar-se hia, como se têm suicidado os operários que, individualmente, têm ingressados em partidos, quer burgueses, quer socialistas, ou, até operários.

A atitude política que preconizamos não envolve de

modo algum a ambição de substituir, de tomar o lugar dos politicantes, e de *exercer o poder*, ainda que *este poder* se torne vermelho...

Esta atitude ou atitudes não arrasta consigo a ambição do mando, de governar, nada tem com o exercício de quaisquer cargos políticos autoritários.

A acção política do operariado é a condenação, o desaparecimento de todas as *artes e ofícios políticos* e o correlativo aparecimento da ciência política cujas funções serão desempenhadas por agregados ou órgãos e não por indivíduos.

A ciência política ou a política científica é um capítulo, uma ramificação, a última, da ciência sociológica. É uma das ciências concretas, — a menos geral e mais complexa — em que se divide a Sociologia e consiste na coordenação de todas as actividades e energias dos indivíduos e dos seus agregados, no sentido do bem geral.

Esta função coordenadora não compete, nem deve ser desempenhada por organismos autoritários e por delegações que nada são e nada valem, porquanto, como disse Proudhon «os homens que mais completamente ignoram o estado dum país são quasi sempre os que o representam.. »

Essa função deve ser desempenhada *directamente* pelos próprios organismos que naturalmente se criam e se desenvolvem por influência, fôrça e necessidade das leis naturais da sociabilidade e solidariedade humanas, como são os agregados profissionais.

É à organização operária que cumpre sobrepôr-se e exercer *acima e fora* das ficções da engrenagem estatista e governamental-parlamentar, essa coordenação, essa *nova acção politica*.

Convém-nos que nos interessemos por tudo que sai do

Estado, por tudo que constitui a engrenagem íntima da organização social actual, estudando, discutindo e criticando principalmente as instituições e os factos mais característicos considerados como os fundamentos do Estado.

E' preciso descermos à casuística. E' preciso não perder o pé, é forçoso tomar conhecimento das realidades concretas, ponderando, reflectindo. Queremos fundar uma sociedade nova, mas não devemos esquecer que ela há de sair da actual, visto que, por muito grande que fôsse o nosso desejo é impossível fazer tábua rasa sôbre o passado, e que *convém* não desprezar o mais pequeno pormenor, a mais insignificante coisa para que possamos fazer obra sólida e profunda.

Há muito trabalho a exercer e dispender, ha muito estudo a encetar e desenvolver, há muita observação a fazer. Há, sobretudo que fixar e estabelecer, para o bom êxito da Idéa, que a nossa acção seja animada, profunda e que tenha coerência científica, excluindo categórica e expressamente tudo que seja metafísica.

A nossa acção deve abandonar fórmulas cristalizadas, pôr de lado tudo que até aqui tem sido mero verbalismo. Assim, por exemplo, está a fórmula da união livre dos sexos e do amôr livre.

O problema feminino. da emancipação da mulher é bastante complexo. O hábito da propriedade, do autoritarismo, os instintos sensuais. à míngua duma educação tanto no macho como na fêmea, ainda mais o complicam. E' necessário que a acção e a prática libertária se faça *sentir de facto* neste problema social fundamental.

Pode dizer se que a união livre dos sexos, no seu significado de família constituída sem intervenção da autoridade. é um facto mais geral que à primeira vista parece,

e se sairmos de certos meios cidadãos nós encontramos mais destas ligações, do que casamentos sancionados pela autoridade constituída.

Mas se assim é, quanto ao *casamento*, as relações entre o homem e a mulher é que, porém, estão muito longe de terem um carácter libertário. É preciso dar, *de facto*, autonomia á mulher, é preciso *fazer sentir* essa autonomia á mulher, é preciso *fazer sentir* essa autonomia, traduzindo a *numa prática* rigorosamente respeitada e seguida, conduzindo a mulher a usar dela em tôdas as circunstâncias da sua vida. Ela assim se educará a si própria, independentemente de mentiras, que, tendo-a reduzido a escrava, tendem e pretendem mantê-la como tal.

Assim, muitas vezes as aparências e as fórmulas enganam, não se vendo a realidade das coisas, as complexas anomalias e incoerência dos actos do sêr humano com as suas ideas ideais.

Em contraste com os inimigos da Idea, nós devemos fundar a nossa actividade na realidade científica, na verdade demonstrada, em vez de nos perdermos em discussões estéreis sôbre se o passado ou presente poderiam ser outros, se tais e tais conhecimentos se tivessem dado ou se os sêres humanos fossem outros, — nós devemos aceitá-los tais quais são e dêles tirar as lições para o futuro, de modo que aproveitemos todos os ensinamentos que êles nos dão, evitando para o futuro todos os êrros que praticamos.

A grande guerra veio trazer-nos muita lição, muito ensinamento. E' necessário aproveitá-los

O que foi essa chacina, o que é ainda essa carnificina, quais as causas e fins, como foi possível realizá-la, e mantê-la, como é possível existir ainda e imperar no século XX essa política cínica das chancelarias que os Es-